

2016

Relatório de atividades

JRS PORTUGAL



Índice

1. Introdução.....	6
2. Organização e equipa	9
3. Voluntariado	10
3.1 Enquadramento	10
3.2 Voluntariado no ano de 2016.....	10
3.3 Movimento de entradas e saídas.....	11
3.4 Distribuição dos voluntários ativos por áreas internas de atividade	11
3.5 Principais atividades desenvolvidas pelos voluntários	12
3.6 Caracterização dos voluntários	13
4. Caracterização dos Utentes	14
5. Caracterização geral dos atendimentos efetuados	19
6. Ação na área social, sócio legal e saúde	22
6.1 Enquadramento	22
6.2 Diagnóstico Social Inicial	22
6.3 Apoio social.....	24
6.4 Apoio sócio-legal	29
6.5 Apoio no domínio da saúde	31
6.6 Parcerias.....	33
7. Acolhimento temporário de migrantes no Centro Pedro Arrupe (CPA)	34
7.1 Enquadramento	34
7.2 Breve caracterização dos utentes residentes no ano de 2016.....	34
7.3 Dados estatísticos da atividade do CPA.....	35
7.4 Período de permanência dos utentes no CPA	38
7.5 Festividades	39
7.6 Atividades com a comunidade local	40
7.7 Parceiros	40
8. Atividade psicossocial com os migrantes detidos (UHSA).....	42
8.1 Enquadramento	42
8.2 Imigrantes em situação de Detenção	43
8.3 Período de permanência (intervenção do JRS Portugal).....	46
9. Ação no domínio da empregabilidade	48
9.1 Enquadramento	48
9.2 Encaminhamento e orientação profissional.....	49
9.3 Prospeção (Ofertas de emprego)	50
9.4 Integrações profissionais.....	51
9.5 Acompanhamento de utentes e empregadores.....	52

9.6	Parcerias.....	52
10.	Ação no domínio da formação/capacitação.....	53
10.1	Enquadramento	53
10.2	Formações desenvolvidas – 2016.....	54
10.3	Áreas Socioprofissionais (resultados).....	56
10.4	Candidaturas elaboradas e respetivos resultados	57
10.5	Parcerias.....	59
11.	Acolhimento de refugiados – Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)	60
11.1	Enquadramento	60
11.2	Secretariado Técnico	60
11.3	Dados estatísticos do acolhimento efetuado	62
12.	Acolhimento de refugiados - Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR) 63	
12.1	Enquadramento	63
12.2	Dados estatísticos do Acolhimento	64
12.3	Movimento de entradas e saídas.....	64
12.4	Período de permanência	65
12.5	Acolhimento.....	66
12.6	Acompanhamento	66
12.7	Promoção da integração	69
13.	Acolhimento de refugiados – Reinstalação (Sementes de Esperança II)	71
14.	Ação no domínio da advocacy e comunicação	73
14.1	Advocacy.....	73
14.2	Comunicação.....	77
15.	Nota final.....	83
	Anexo: Projetos JRS Portugal 2016	84

Índice de Figuras

Figura 1 - JRS Portugal: Organigrama.....	9
Figura 2 - Gabinete Social: Organigrama.....	22
Figura 9 - UHSA - Fluxo de atividades desenvolvidas.....	43
Figura 3 - Gabinete de Emprego Organigrama	48
Figura 4- Academia: Organigrama.....	53
Figura 5 - PAR - Fluxo de ações do Secretariado Técnico.....	61
Figura 6 - CATR: Esquema de intervenção	63
Figura 7 - CATR Processo de acolhimento.....	66
Figura 8 - CATR Acesso a serviços de saúde.....	67

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Utentes únicos por gabinete	16
Tabela 2 - Evolução da origem dos Utentes no período 2014-2016.....	17
Tabela 3- Evolução dos estrangeiros em Portugal (SEF - 2014-2015).....	18
Tabela 4 - Distribuição dos atendimentos por áreas de atividade.....	19
Tabela 5 – Atendimentos por área de atividade – médias mensais e por dia útil.....	19
Tabela 6 - Classes de atendimentos.....	20
Tabela 7 - Nº. de utentes que recorreram a dois ou mais serviços	21
Tabela 8 - Atendimentos por áreas de atividade (2014-2016)	21
Tabela 9 - Gabinete social - parcerias	33
Tabela 15 – CPA Motivos das saídas do Centro	37
Tabela 16 – CPA Classes de tempo de permanência dos utentes.....	38
Tabela 17 - CPA Atividades com utentes.....	39
Tabela 18 - CPA: parcerias.....	41
Tabela 19 – UHSA - Sistematização das situações de maior vulnerabilidade.....	46
Tabela 20 - UHSA Intervenção junto dos utentes	47
Tabela 10 - Gabinete de emprego - parcerias.....	52
Tabela 11 - Formações desenvolvidas em 2016	54
Tabela 12 - Resultados das formações desenvolvidas em 2016.....	56
Tabela 13 - Academia - Candidaturas apresentadas.....	58
Tabela 14 - Academia: parcerias	59

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Voluntariado: movimento de entradas e saídas	11
Gráfico 2 - Voluntariado: distribuição por áreas de atividade	12
Gráfico 3 - Voluntariado; distribuição por classes de idade	13
Gráfico 4 - Distribuição dos Utentes por países de origem.....	14
Gráfico 5 - Local de residência dos Utentes - 2016.....	15
Gráfico 6 - Distribuição dos Utentes por classes de idade.....	15
Gráfico 7 - Distribuição dos utentes por classes de anos de permanência	16
Gráfico 8 - Evolução do tipo de identificação apresentada no período 2014-2016	18
Gráfico 9 - Atendimentos por áreas de atividade (evolução mensal).....	19
Gráfico 10 - Classe de vezes dos atendimentos de Utentes	20
Gráfico 11 - Forma como os utentes conheceram o JRS Portugal.....	23
Gráfico 12 - Social: Apoios Concedidos.....	25
Gráfico 13 - Distribuição dos utentes residentes em 2016 no CPA, por países de origem.....	35
Gráfico 14 - Classe de idade dos utentes residentes no CPA em 2016.....	35
Gráfico 15 - CPA - ocupação mensal	36
Gráfico 16 - CPA Movimento de entrada e saídas	36
Gráfico 17 - UHSA - Distribuição dos detidos por países de origem	44
Gráfico 18 - UHSA - Classes do tempo de permanência dos detidos.....	44
Gráfico 19 - UHSA - Classes de idades dos detidos	45
Gráfico 20 - Emprego: áreas profissionais curriculares.....	50
Gráfico 21 - Número de ofertas de emprego.....	51
Gráfico 22 - Número de empregos criados por regime de trabalho e setor de atividade.....	51
Gráfico 23 - PAR classe etária dos Refugiados acolhidos.....	62
Gráfico 24 – CATR: Refugiados residentes ao longo do ano	64
Gráfico 25 - CATR: movimento de entradas e saídas de refugiados.....	65

1. Introdução

O ano de 2016 foi um ano marcante para o Serviço Jesuíta aos Refugiados, tendo em conta a urgência da nossa atuação face às necessidades prementes dos refugiados que têm chegado ao continente europeu e, em particular, ao nosso país.

A equipa e as áreas de trabalho do JRS Portugal sofreram algumas mudanças, ajustando-se o seu funcionamento aos diferentes projetos criados e às atividades desenvolvidas para a intervenção direta com esta população.

Em 2016, o JRS Portugal continuou o seu trabalho de acompanhamento de refugiados reinstalados, concluindo a segunda edição do projeto “Sementes de Esperança”, que permitiu apoiar um grupo de 15 refugiados sírios e eritreus que chegaram a Portugal, em 2015, vindos do Egito.

O trabalho iniciado no final de 2015, quando assumimos o Secretariado Técnico da Plataforma de Apoio aos Refugiados, foi consolidado e permitiu acompanhar 72 famílias e 63 instituições anfitriãs ao longo do ano. O JRS Portugal alocou também uma equipa no Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados da Câmara Municipal de Lisboa, inaugurado em fevereiro de 2016, exclusivamente dedicada ao acompanhamento de refugiados.

O ano ficou, assim, marcado pela aposta do JRS Portugal numa cada vez maior e mais especializada intervenção junto desta população, necessidade urgente tendo em conta os compromissos internacionais assumidos por Portugal em matéria de recolocação de refugiados. Em 2016, chegaram ao nosso país 781 refugiados recolocados, sendo que o JRS acompanhou, através das múltiplas frentes em que atuou, 370.

Além deste trabalho, continuámos a garantir, como até então, as respostas do centro de atendimento, ao qual se deslocaram 1291 pessoas durante o ano para receberem apoios na área social, do emprego, da formação, do apoio à saúde e da prestação de informação sócio legal. No total, foram feitos 8755 atendimentos, distribuídos pelas diferentes valências do centro.

O emprego continuou a ser a principal preocupação daqueles que procuraram o nosso apoio. Este gabinete registou um total de 2969 atendimentos e conseguiu colocar 303 pessoas no mercado de trabalho. No entanto, e graças ao trabalho do diagnóstico inicial efetuado pelo gabinete social aos utentes que se dirigem ao JRS pela primeira vez, detetou-se que há muitos outros problemas a ser dissipados, para além do desemprego. Este gabinete que gere a prestação de informação sócio legal, o apoio social, médico e medicamentoso foi, assim,

aquele que registou um maior número de utentes, 1875, tendo feito um diagnóstico e encaminhado ainda 1046 pessoas para todas as áreas de intervenção do JRS.

O ano 2016 foi também marcado pelo fortalecimento do trabalho na área da formação. Esta área autonomizou-se num gabinete próprio, separado do gabinete de emprego, ainda que tenha continuado com ele a sua estreita articulação, com o objetivo de ser criada uma resposta mais especializada na área e com uma cada vez maior abrangência. Como reconhecimento do trabalho que temos vindo a investir, desde 1999, nesta componente essencial, o JRS foi certificado como entidade formadora pela Direção-Geral do Emprego das Relações de Trabalho nas áreas de Serviços de apoio a crianças e jovens, trabalho social e orientação e serviços domésticos no final do ano.

A mediação sociocultural continuou, também, a ser uma área de intervenção importante para o apoio à população migrante e refugiada, pelo que o JRS Portugal se manteve diretamente envolvido no trabalho efetuado através dos nossos mediadores junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e do Alto Comissariado para as Migrações.

Para além deste atendimento mais direto, o JRS Portugal continuou a proporcionar acolhimento aos utentes de maior vulnerabilidade que veem no Centro Pedro Arrupe uma resposta à sua situação de sem-abrigo. Acolhemos aqui, durante o ano, 58 pessoas oriundas de diferentes países.

Também os imigrantes em situação de detenção na Unidade Habitacional de Santo António continuaram a receber uma resposta por parte do JRS Portugal, que manteve o seu trabalho de acompanhamento psicossocial neste centro de detenção, permitindo apoiar 187 pessoas ao longo do ano.

É importante também referir todo o trabalho efetuado pelos serviços de apoio, nomeadamente os serviços administrativos e financeiros que, para além das atividades associadas à gestão financeira, administrativa e de recursos humanos, desenvolve os processos de candidaturas a projetos e linhas de financiamento, bem como o respetivo controlo de execução.

Por último, menciona-se a área de advocacy e comunicação que desenvolve a sua atividade no domínio da defesa daqueles por quem trabalhamos, através da preparação de documentos que advogam pelos seus direitos e da divulgação das atividades e tomadas de posição do JRS Portugal.

O trabalho que temos feito em prol dos imigrantes e refugiados tem contado, ao longo dos anos, com o contributo essencial de vários parceiros, particulares ou empresas, sem os quais seria impossível o desenvolvimento e continuação de muitos dos projetos que levamos a cabo. Além destes, o JRS Portugal conta ainda com a generosidade de um conjunto de voluntários que em todas as nossas áreas de atividade se têm empenhado em ajudar a cumprir a missão que nos foi confiada.

Este relatório pretende, pois, dar conta das diferentes atividades que foram desenvolvidas no ano 2016 em todas as áreas de atuação do JRS Portugal, estando estruturado de maneira a que se faça, em primeiro lugar, a caracterização geral dos utentes e dos atendimentos realizados e, posteriormente, um olhar mais pormenorizado sobre cada uma das áreas de atividade desenvolvidas. No seu final apresentamos, num anexo próprio, um quadro que identifica e resume todos os projetos em que o JRS Portugal esteve envolvido em 2016 e respetivos financiamentos, cada um deles objeto de análise detalhada nos diferentes capítulos deste relatório.

2. Organização e equipa

O organigrama do JRS Portugal reflete o tipo de atividade que se desenvolve internamente dividido em dois grandes setores: serviços de atendimento e acompanhamento e serviços de apoio geral.

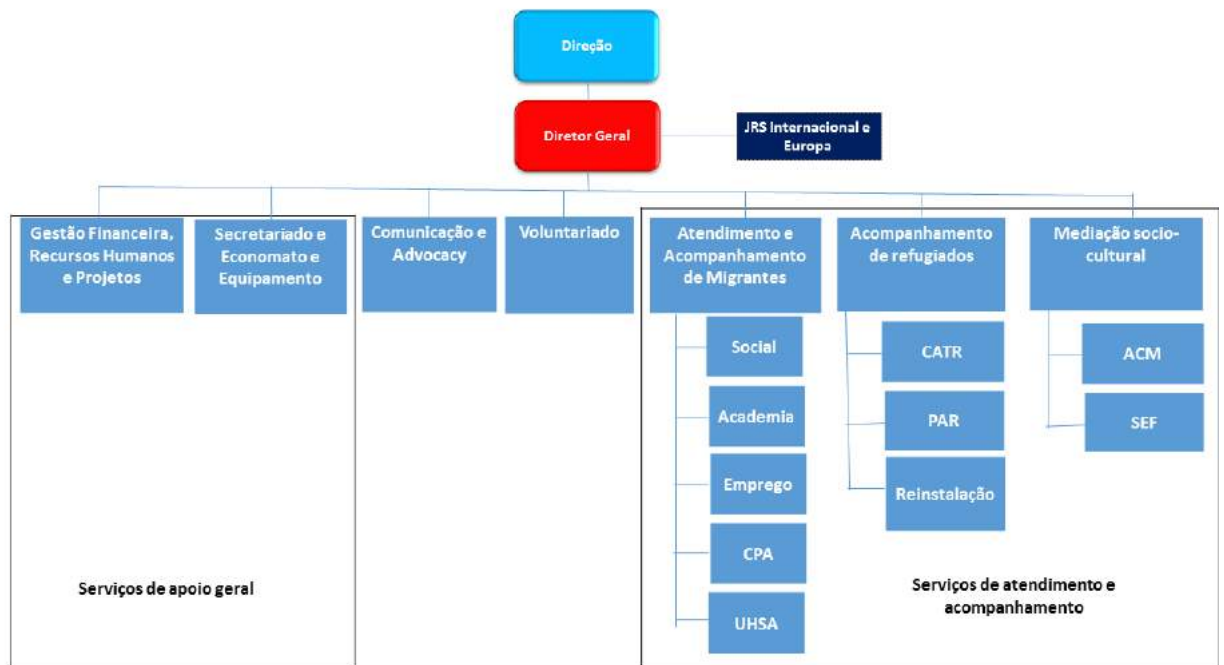


Figura 1 - JRS Portugal: Organigrama

A equipa que assegura os serviços que são proporcionados diretamente aos utentes e a que o faz indiretamente é composta por 70 colaboradores, dos quais 43 estão associados à atividade de mediação sociocultural junto do Serviço de Estrangeiro (SEF) e Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e 27 (dos quais dois estagiários) à atividade nos outros serviços de apoio e serviços de atendimento que não a mediação sociocultural.

Para além destes, o JRS Portugal contava, no final do ano de 2016, com 79 voluntários que colaboravam em todas as áreas de atividade.

O JRS Portugal contou ainda com a colaboração de 19 estagiários que desenvolveram a sua ação, em diferentes fases do ano, nos gabinetes de emprego, social, academia e Centro Pedro Arrupe.

3. Voluntariado

3.1 Enquadramento

A atividade do voluntariado continuou a ter uma grande importância no JRS Portugal. Praticamente todos os serviços do JRS Portugal têm voluntários que, consoante a sua disponibilidade, dedicam uma parte do seu tempo ajudando nas diferentes atividades que se desenvolvem.

São várias as atividades a que os voluntários se dedicam e diferentes são os tempos que disponibilizam. Assim por exemplo, quando estamos a falar de tutores, a dedicação é meramente pontual e independente de horários. No outro extremo estão outras atividades que exigem mais tempo e uma presença mais assídua.

A forma como os candidatos a voluntários chegam ao JRS Portugal é variável. Uns através de pesquisa que efetuam na Internet, outros através do site do JRS Portugal ou por via do Facebook, e ainda através de amigos ou de outros voluntários. Cada um dos candidatos a voluntários é recebido nas instalações do JRS Portugal, onde há uma troca de conhecimentos e se apresenta o JRS Portugal, nomeadamente no que respeita a sua missão e sua atividade. Caso o candidato a voluntário tenha disponibilidade, é convidado a fazer um pequeno roteiro pelas diferentes áreas do JRS Portugal nomeadamente pelos centros de acolhimento, onde lhe é dada a possibilidade de conhecer os utentes, os colaboradores e a ação do dia a dia. No final destas três manhãs há uma nova conversa, no sentido de combinar o tipo de colaboração que vai ser dada, a qual depende do encontro de três vetores principais: o interesse do candidato a voluntário, a sua disponibilidade e as necessidades do JRS no momento.

3.2 Voluntariado no ano de 2016

No final do ano de 2016 o número de voluntários que dava colaboração ao JRS Portugal era de 79, número muito semelhante ao do ano passado, 77 voluntários.

A maioria dos voluntários (81%) iniciou a sua atividade no JRS Portugal nos anos de 2015 e 2016. Os restantes 19% são voluntários que iniciarem a sua atividade em anos anteriores, nomeadamente entre os anos de 2001 a 2007 (7,6%) e 2010 a 2014 (11,4%) estes últimos já há bastante tempo no JRS Portugal.

O conjunto dos 79 voluntários representa, tendo por base o tempo que dedicam ao JRS Portugal, a cerca de 10 FTE (Full Time Equivalent), ou seja o equivalente a cerca de 10 colaboradores a tempo inteiro. A atividade desenvolve-se, como se disse anteriormente de forma pontual, essencialmente na função de tutoria, ou pela colaboração por períodos de tempo, nomeadamente da parte da manhã ou da parte da tarde ou mesmo a full time. A

maioria dos voluntários (44%) dão a sua colaboração uma vez por semana, 13% a sua colaboração corresponde a duas vezes por semana e 13% uma vez de 15 em 15 dias. A colaboração pontual corresponde a 15%.

3.3 Movimento de entradas e saídas

Durante o ano de 2016 entraram no JRS Portugal 58 novos voluntários, tendo saído 57 voluntários.

Durante todos os meses houve movimentação de voluntários de entrada e/ou saída. O mês de Maio foi o que apresentou maior número de saídas (14) o que está associado ao final do ano letivo dos voluntários do Colégio de S. João de Brito.

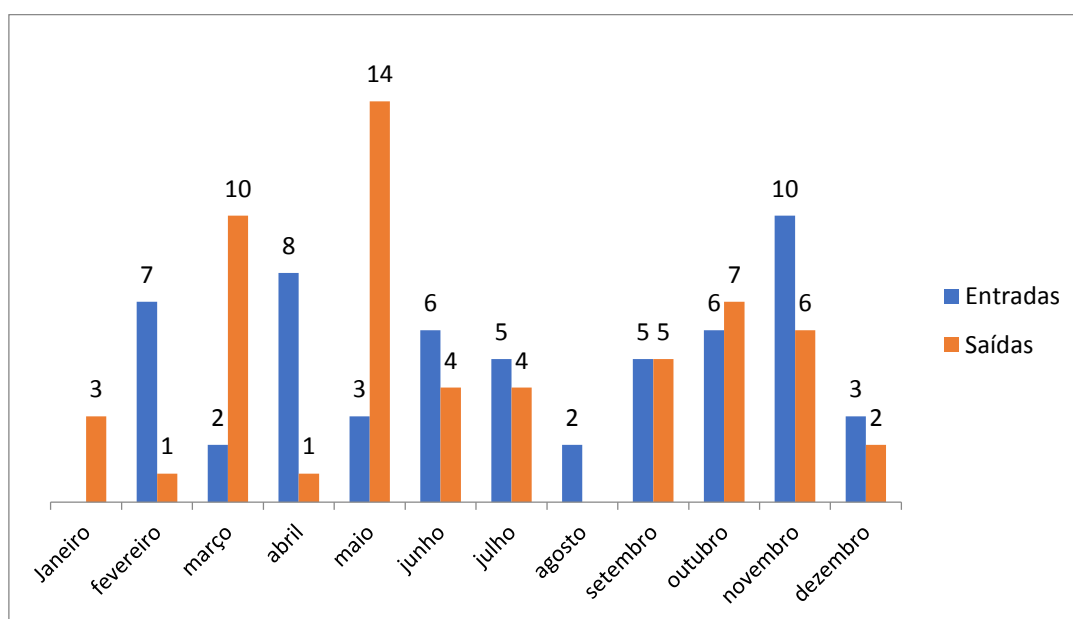


Gráfico 1 - Voluntariado: movimento de entradas e saídas

O tempo médio de permanência no JRS Portugal dos voluntários que saíram em 2016, foi de 9 meses valor relativamente alto, o qual está influenciado por alguns voluntários que saíram depois de um período de longa colaboração o que, consequentemente, influenciou a média desviando-a para os valores mais elevados.

3.4 Distribuição dos voluntários ativos por áreas internas de atividade

Todas as áreas de atividade do JRS Portugal tiveram a colaboração de voluntários para o desenvolvimento da sua atividade.

Tomando como base o novo modelo de organização interna, a maioria dos 79 voluntários desenvolveu a sua atividade nas Áreas de: Atendimento e Acompanhamento de Migrantes (59); Acompanhamento de Refugiados (16).

Relativamente à distribuição por gabinetes, a grande concentração de voluntários verificou-se no Centro Pedro Arrupe (CPA), 22 voluntários, no Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR), 16 voluntários, na Unidade Habitacional de St^o. António (UHSA-Porto) com 10 voluntários, na Academia com 10 voluntários, no Social (que inclui a saúde) e no Emprego com 8 voluntários.

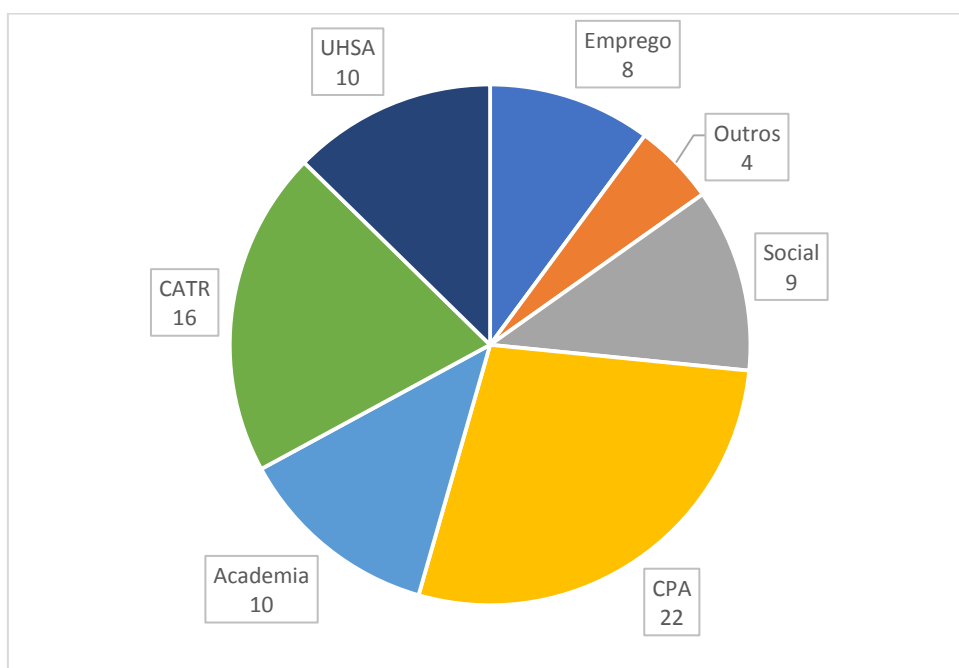


Gráfico 2 - Voluntariado: distribuição por áreas de atividade

Incluem-se em “outros” os voluntários que colaboram na área de comunicação e advocacy (2), administrativa (1) e voluntariado (1).

3.5 Principais atividades desenvolvidas pelos voluntários

Os 79 voluntários colaboram nas diferentes áreas de atividade, desenvolvendo diferentes atividades.

O agrupamento efetuado pretende abranger as principais atividades em que os voluntários colaboram, independentemente da área interna em que estão colocados.

Função	Nº.	Desenvolvimento
Tutoria	8	Acompanhamento de um utente de uma forma individualizada e personalizada, sempre em articulação com a equipa técnica
Animação sociocultural	4	Desenvolvimento de atividades no sentido de ocupar o tempo dos Utentes e os formar para a cidadania
Ensino	9	Professores que lecionam essencialmente a língua portuguesa e dão apoio no domínio da alfabetização e/ou conversação
Formação profissional	5	Desenvolvem a ação de formação “profissional” nos diferentes cursos que o JRS proporciona
Saúde	6	Consultas médicas, psiquiátricas, bem como apoio no domínio medicamentoso.
Apoio psicossocial	10	Apoio a estrangeiros em situação de detenção na UHSA
Atendimento e encaminhamento de Utentes	6	Atendimento de clientes nos gabinetes Social e de Emprego
Apoio geral	27	Apoio às diferentes Áreas em diferentes domínios
Outras	4	Apoio específico em diferentes domínios, como seja nas áreas de Comunicação, Financeira, Advocacy e Voluntariado, etc.

3.6 Caracterização dos voluntários

A análise dos voluntários que desenvolvem a sua atividade no JRS é importante para que conheçamos os respetivos perfis e as suas principais características:

- **Sexo:** A maioria dos voluntários do JRS Portugal é do sexo feminino (65%).
- **Habilitações literárias:** 10% têm o ensino secundário ou inferior. Todos os restantes estão em níveis superiores de formação
- **Situação profissional:** 32% encontram-se em situação de reforma, 22% desempregados e 10% são estudantes.
- **Idade:** a média de idades dos voluntários ativos no final de 2016 era de 46 anos. A distribuição por classes de idade indica que as mesmas têm uma distribuição bastante uniforme, salientando-se a classe entre os 56 e os 65 anos (20,3%).

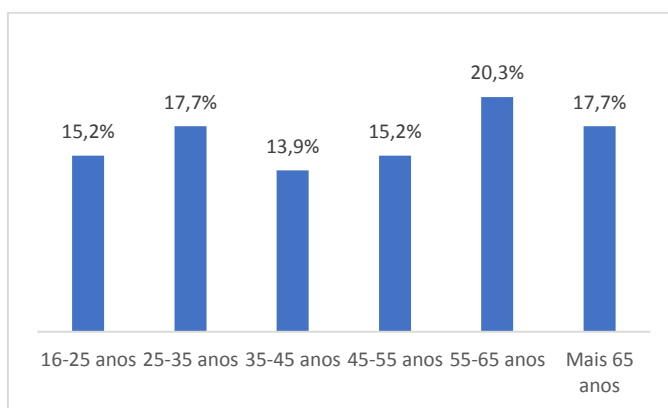


Gráfico 3 - Voluntariado; distribuição por classes de idade

4. Caracterização dos Utentes

O JRS Portugal tem como missão Acompanhar, Servir e Defender os refugiados, deslocados à força e todos os imigrantes em situação de particular vulnerabilidade.

O trabalho que o JRS Portugal desenvolve com os seus utentes não se restringe apenas ao Centro de Atendimento e ao Centro de Acolhimento Pedro Arrupe (CPA). Este estende-se a outras áreas, tal como ao apoio aos migrantes em situação de detenção na Unidade Habitacional de St^o. António, sediada na cidade do Porto, e no acompanhamento de refugiados acolhidos em três vertentes: programa de reinstalação “Sementes de Esperança”, Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (CATR) da Câmara Municipal de Lisboa e por via das Instituições anfitriãs, no âmbito da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR).

Centros de Atendimento e Acolhimento

Em 2016, o JRS Portugal recebeu no seu centro de atendimento 1291 migrantes, a maioria (72%) do sexo feminino e provenientes de 47 países de origem diferentes, dos quais se destacam: Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil, Angola e Ucrânia, países que representam, só por si, 84,2% do total de pessoas que se deslocaram ao JRS Portugal.

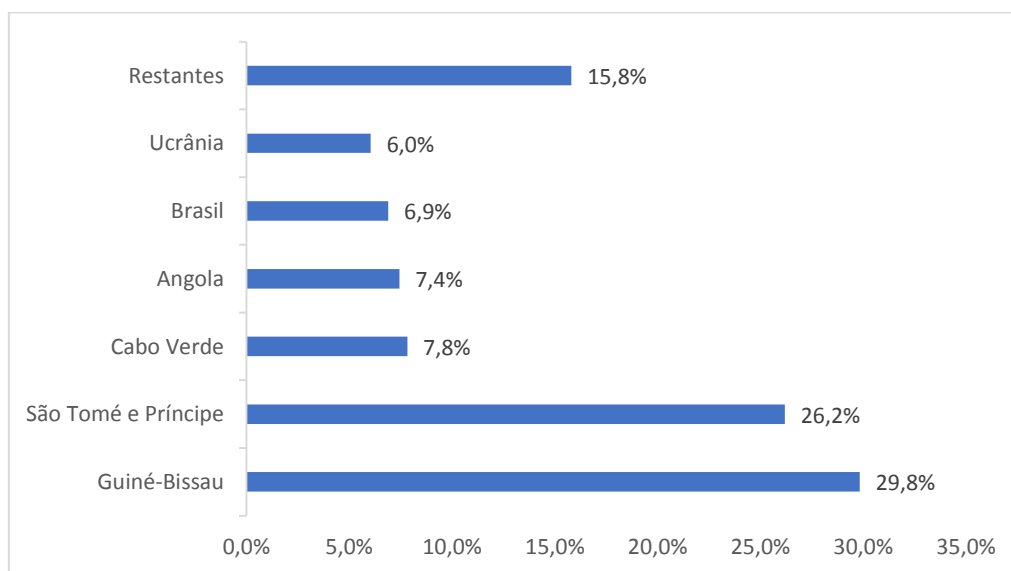


Gráfico 4 - Distribuição dos Utentes por países de origem

A grande maioria dos utentes (82%) que se dirigiu ao JRS Portugal apresentou como sua residência os concelhos de Lisboa, Loures, Sintra, Odivelas e Amadora.

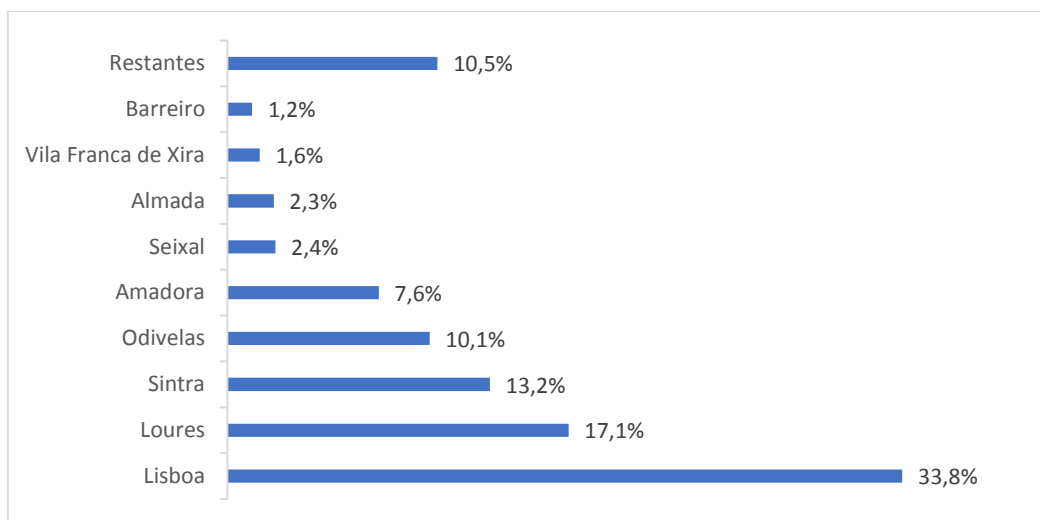


Gráfico 5 - Local de residência dos Utentes - 2016

O JRS Portugal recebeu utentes de diversas faixas etárias, sendo que a mais representativa é aquela que se situa entre os 20 e os 40 anos.

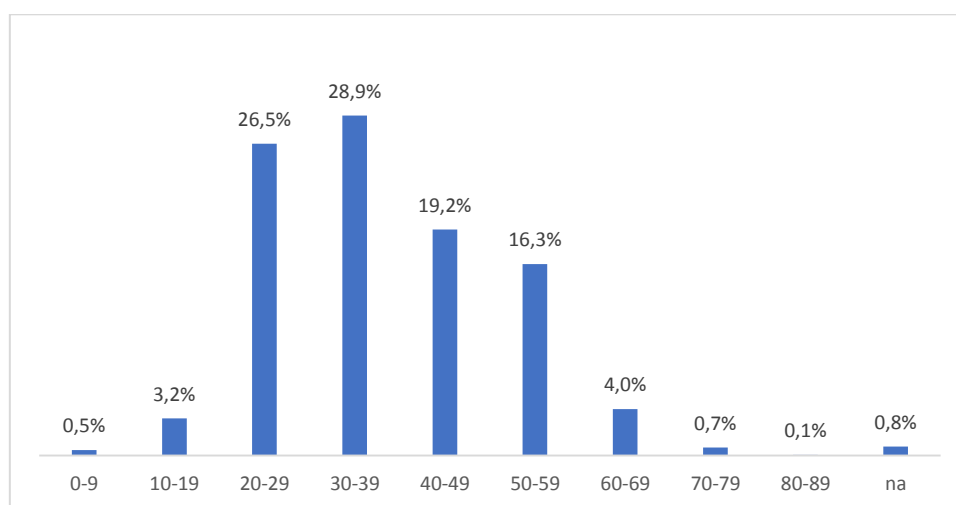


Gráfico 6 - Distribuição dos Utentes por classes de idade

O tempo de permanência em Portugal dos utentes que se dirigiram ao JRS Portugal varia significativamente. Como podemos verificar no gráfico abaixo, 48% dos utentes residem há menos de dois anos em território nacional, sendo que os que residem há menos de um ano representam cerca de 24,8% do total.

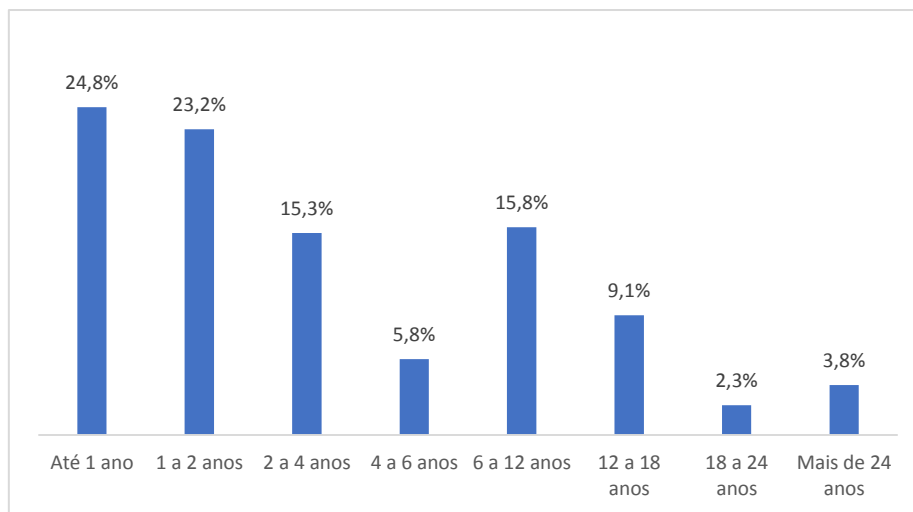


Gráfico 7 - Distribuição dos utentes por classes de anos de permanência

No que diz respeito ao tipo de documentação apresentada no ato de registo, a maioria dos utentes (57,2%) apresentou o passaporte como documento de identificação, 23,5% o cartão de autorização de residência, 10,9% o Bilhete de Identidade e 4,6% o cartão de residente.

No que toca ao que os utentes apontam como a razão da sua vinda para Portugal, esta nem sempre é totalmente explicada. Dos 68% de utentes que indicaram o motivo da vinda, 28,7% referiu a melhoria da situação económica, 20,4% motivos de saúde, 10,4% reagrupamento familiar e 6,1% estudos.

Quanto ao número de utentes únicos que se dirigiram aos diferentes serviços do JRS Portugal, estes traduzem-se no quadro seguinte:

	2014	2015	2016
CLAIM	1301	539	419
Diagnóstico	2	1135	1046
Emprego	1211	1239	1125
Social	1157	1151	1159
Jurídico	92	97	36
Medicamentos	144	152	202
Médico	58	57	82
Psicológico	153	92	13

Tabela 1 - Utentes únicos por gabinete

A maioria dos utentes dirigiu-se, como era expectável, aos gabinetes de emprego e ao gabinete social.

O período 2014-2016

Será importante olhar um pouco para trás e ver a evolução que houve nos últimos três anos. Relativamente ao total de utentes que se dirigiram ao JRS Portugal¹ verifica-se uma diminuição de 20,1% e 4,9% em 2014 e 2015, respetivamente, quando comparamos com o ano de 2016.

País de origem	2014	2015	2016	2016/2014	2016/2015
Guiné-Bissau	436	345	385	-11,7%	11,6%
São Tomé e Príncipe	370	336	338	-8,6%	0,6%
Cabo Verde	190	195	101	-46,8%	-48,2%
Ucrânia	131	123	78	-40,5%	-36,6%
Angola	90	60	96	6,7%	60,0%
Brasil	77	75	89	15,6%	18,7%
Roménia	25	11	6	-76,0%	-45,5%
Federação Russa	23	15	9	-60,9%	-40,0%
Moçambique	23	14	16	-30,4%	14,3%
Moldávia	18	13	9	-50,0%	-30,8%
Senegal	12	20	8	-33,3%	-60,0%
Costa do Marfim	10	2	2	-80,0%	0,0%
Restantes	210	149	154	-26,7%	3,4%
Total	1615	1358	1291	-20,1%	-4,9%

Tabela 2 - Evolução da origem dos Utentes no período 2014-2016

O quadro evolutivo acima indica-nos que houve, relativamente a 2014, uma redução relativamente a todos os países de origem, com exceção de Angola e Brasil. Neste período o JRS Portugal recebeu utentes de 77 países diferentes.

No que diz respeito ao tipo de identificação apresentada verifica-se, como principais alterações, o aumento de 28% dos casos de utentes que apresentaram o passaporte, contra uma diminuição de 65% na apresentação do cartão de residente e de 55% na da autorização de residência, tal como exposto no gráfico abaixo.

¹ Trata-se de Utentes únicos. Estes podem ter recorrido várias vezes aos serviços do JRS Portugal, o que será analisado no capítulo dos Atendimentos.

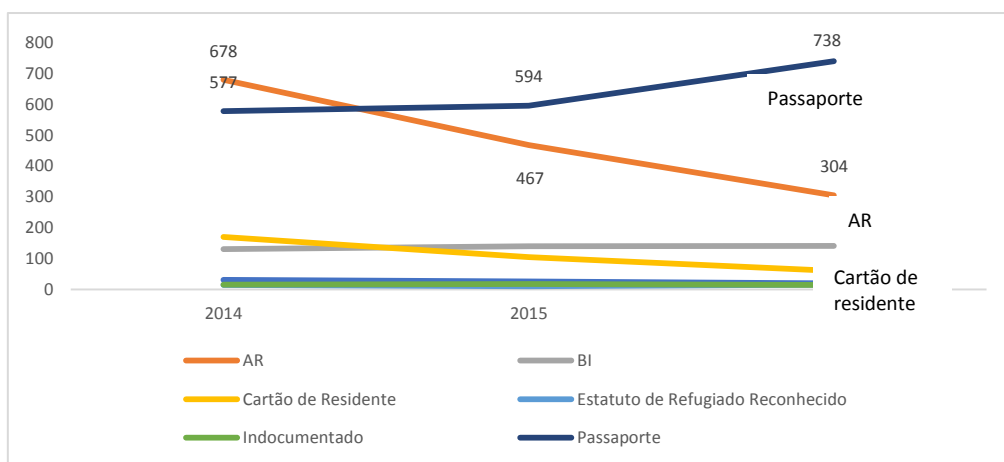


Gráfico 8 - Evolução do tipo de identificação apresentada no período 2014-2016

Relativamente aos motivos referidos para a vinda dos utentes para Portugal, os maiores aumentos, entre 2014 e 2016, estão associados ao reagrupamento familiar (+54%), saúde (+38,4%) e melhoria da situação económica (+23,3%).

Tendo por base as estatísticas do Serviço de Estrangeiro e Fronteiras referentes aos anos de 2014 e 2015 (não estão disponíveis as de 2016) verifica-se que houve uma redução de 5,4% da população estrangeira, associada à amostra de países que considerámos, o que poderá justificar a redução dos utentes que se deslocaram ao JRS Portugal.

SEF	2014	2015	2015/2014
Guiné-Bissau	17981	17091	-4,9%
São Tomé e Príncipe	10167	9546	-6,1%
Cabo Verde	40912	38674	-5,5%
Brasil	87493	82590	-5,6%
Angola	19710	18247	-7,4%
Ucrânia	37852	35779	-5,5%
Paquistão	2785	3042	9,2%
Moçambique	2832	2809	-0,8%
Total	219732	207778	-5,4%

Tabela 3- Evolução dos estrangeiros em Portugal (SEF - 2014-2015)

5. Caracterização geral dos atendimentos efetuados

Em média cada utente dirigiu-se, em 2016, ao JRS Portugal sete vezes, utilizando os diferentes serviços que são proporcionados. Assim, para os **1291** utentes que se deslocaram ao JRS Portugal contabilizaram-se **8755** atendimentos no centro de atendimento, o que corresponde a 38 por dia útil.

Gabinetes	Peso relativo
Social	58,8%
Saúde	6,4%
Emprego	33,9%
Jurídico	0,9%

Tabela 4 - Distribuição dos atendimentos por áreas de atividade

Conforme se pode observar no quadro acima a maioria dos utentes dirige-se aos gabinetes social e de emprego.

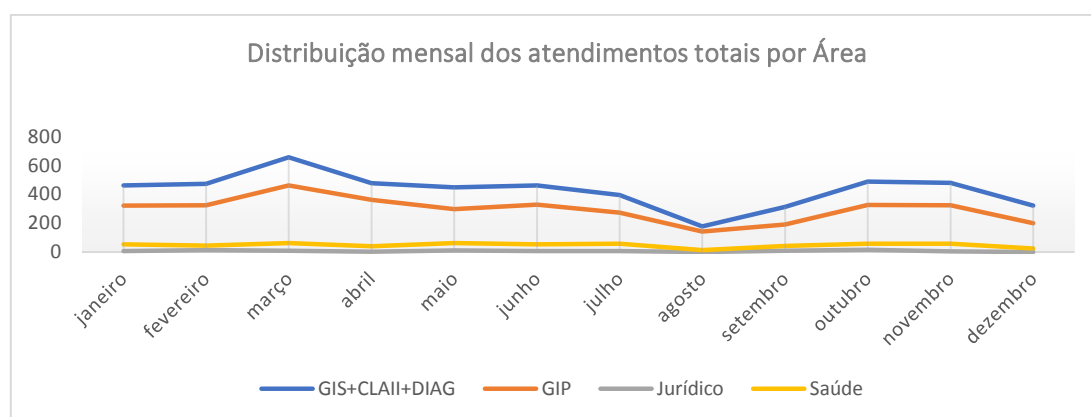


Gráfico 9 - Atendimentos por áreas de atividade (evolução mensal)

Os meses de maior atividade foram os de março, outubro e novembro. A média dos atendimentos efetuados mensalmente varia de acordo com o peso de cada um dos gabinetes. O JRS Portugal atendeu, em média, 38 utentes diariamente.

Áreas de atividade	Média mensal	Média (dia útil)
Gabinete social (GIS+CLAIM+DIAG)	429	22
Gabinete de emprego	247	13
Outras áreas (saúde+jurídico)	53	3
Total	729	38

Tabela 5 – Atendimentos por área de atividade – médias mensais e por dia útil

Considerando o número de atendimentos por utente verifica-se que 75,6% dos utentes vêm mais do que uma vez ao JRS Portugal.

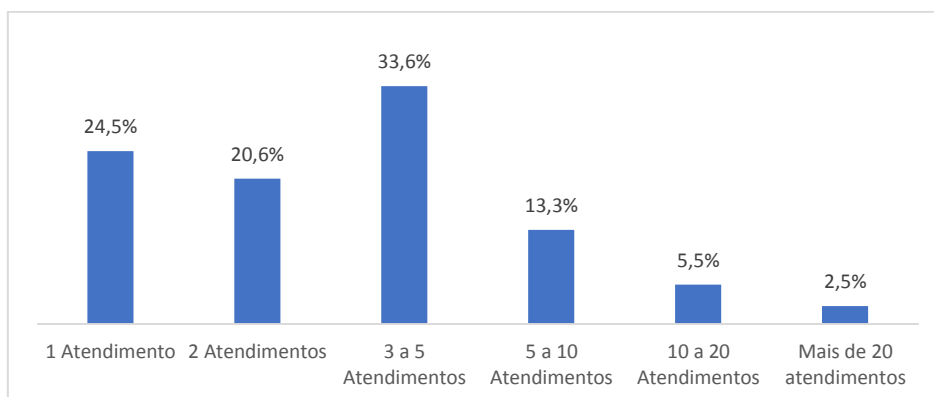


Gráfico 10 - Classe de vezes dos atendimentos de Utentes

Como se pode verificar no gráfico acima, cerca de 45 % dos utentes recorreram uma ou duas vezes aos serviços prestados pelo JRS Portugal, enquanto cerca de 46,9% o fizeram entre 3 a 10 vezes.

A distribuição do número de atendimentos por utente varia consideravelmente consoante os diferentes gabinetes a que se dirige.

Classes de atendimentos	CLAIIM	Diagnóstico	Emprego	Social
1 Atendimento	329	1037	545	624
2 Atendimentos	62		228	213
3 a 5 Atendimentos	26		224	204
6 a 10 Atendimentos	2		99	62
> 10 Atendimentos			29	55

Tabela 6 - Classes de atendimentos

Verifica-se que um número significativo de utentes se dirige mais do que uma vez ao centro de atendimento, principalmente ao gabinete de emprego e ao gabinete social. Houve mesmo utentes que se dirigiram a estes gabinetes mais de 10 vezes.

Considerando os vários apoios que o JRS Portugal presta através dos seus diferentes gabinetes, um número significativo de utentes não se limita a recorrer isoladamente a um deles, acabando por usufruir, na maioria das vezes, de mais do que um apoio. Em particular, podemos constatar que 184 utentes recorreram aos três principais serviços do JRS Portugal em simultâneo, enquanto 619 se dirigiram aos gabinetes de emprego e ao gabinete social, onde configuram os apoios mais procurados por quem recorre ao JRS Portugal.

No entanto, os utentes, habitualmente, não se dirigem ou são encaminhados apenas para um gabinete. As diferentes problemáticas que apresentam fazem com que um utente se dirija a mais do que um serviço disponibilizado pelo JRS Portugal.

O quadro abaixo representa, pois, os utentes que se dirigiram a mais do que um gabinete.

Áreas	Nº.
CLAIM / Social	341
CLAIM / Emprego/ Social	184
Emprego /Social	619
Social/ Medicamentos / Médicos	36
Social/Medicamentos	158
Socia/ Médicos	72
Emprego / Medicamentos / Médicos	27
CLAIM / Jurídico	6

Tabela 7 - Nº. de utentes que recorreram a dois ou mais serviços

Um grande número de utentes dirigiu-se simultaneamente aos gabinetes de emprego e social. Outros, ainda em número significativo, dirigiram-se a três: CLAIM, Emprego e Social.

O período 2014-2016

O número de atendimentos no período 2014-2016 manteve-se praticamente idêntico, apresentando apenas uma ligeira subida de 2%. As áreas que tiveram uma redução de atendimentos, no período 2014-2016, foram o CLAIM, motivada pela sua interrupção, assim como os apoios psicológico e jurídico por razões de reestruturação interna.

Quando analisamos a variação entre os anos 2015 e 2016 verificamos uma ligeira redução do número de atendimentos. Relativamente às diferentes áreas verificou-se, para além das reduções atrás referidas, uma diminuição no diagnóstico de cerca de 10%. Por sua vez, verificou-se um aumento de 16,3% nos atendimentos do gabinete de emprego e 2,7% nos do gabinete social.

Áreas	2014	2015	2016	2016/2014	2016/2015
CLAIM	1 812	816	554	-69,4%	-32,1%
Diagnóstico		1 161	1 046		-9,9%
Emprego	2 412	2 553	2 969	23,1%	16,3%
Social	3 201	3 454	3 548	10,8%	2,7%
Jurídico	181	195	79	-56,4%	-59,5%
Medicamentos	263	284	410	55,9%	44,4%
Médicos	79	84	131	65,8%	56,0%
Psicológico	639	313	18	-97,2%	-94,2%
Total	8 587	8 860	8 755	2,0%	-1,2%

Tabela 8 - Atendimentos por áreas de atividade (2014-2016)

6. Ação na área social, sócio legal e saúde

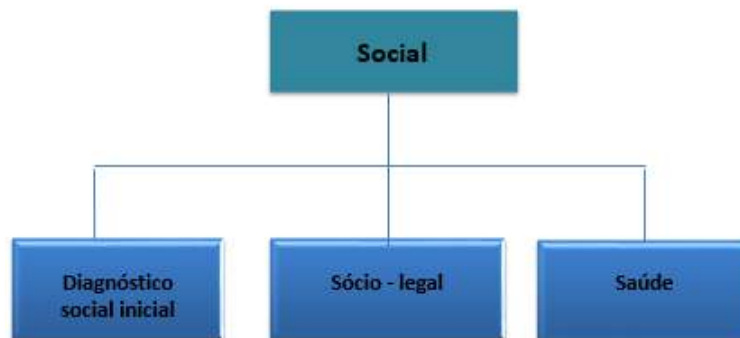


Figura 2 - Gabinete Social: Organigrama

6.1 Enquadramento

O gabinete social do JRS Portugal é constituído por três valências: diagnóstico, sócio-legal e saúde. Tem, por isso, uma ação muito abrangente, uma vez que engloba diversas áreas de atividade, nomeadamente no que refere:

- Aos utentes que se dirigem ao JRS Portugal pela primeira vez (Diagnóstico);
- Àqueles que procuram apoio no domínio sócio legal, onde se inclui o CLAIM;
- Àqueles que procuram apoio no domínio dos cuidados médicos.

A equipa é constituída por quatro técnicas sociais e conta ainda com o apoio de estagiárias e voluntários. Dentro do gabinete social, a única área onde apenas intervêm técnicos sociais é no diagnóstico, ou seja, na primeira avaliação feita pelo JRS Portugal a um utente que se dirige ao centro de atendimento pela primeira vez. O atendimento sócio legal contou com o apoio de três voluntários e oito estagiários de Serviço Social (ISCTE, Lusófona, ISCSP). A área da saúde foi apoiada por cinco voluntários: um psicólogo, uma psiquiatra, uma técnica auxiliar de farmácia e três médicos de medicina geral e familiar.

6.2 Diagnóstico Social Inicial

O **Diagnóstico Social Inicial** constitui uma resposta muito importante no funcionamento do centro de atendimento, já que representa o primeiro contacto que o JRS Portugal tem com os seus utentes. É neste momento que se conhece a situação das pessoas que nos procuram e, conseqüentemente, quando são efetuados os encaminhamentos necessários para dar resposta às questões apresentadas pelos utentes.

A forma de os beneficiários conhecerem os nossos serviços e chegarem até nós é bastante diversa e está fundamentalmente associada ao encaminhamento por antigos utentes, o que revela uma confiança grande nos serviços prestados.

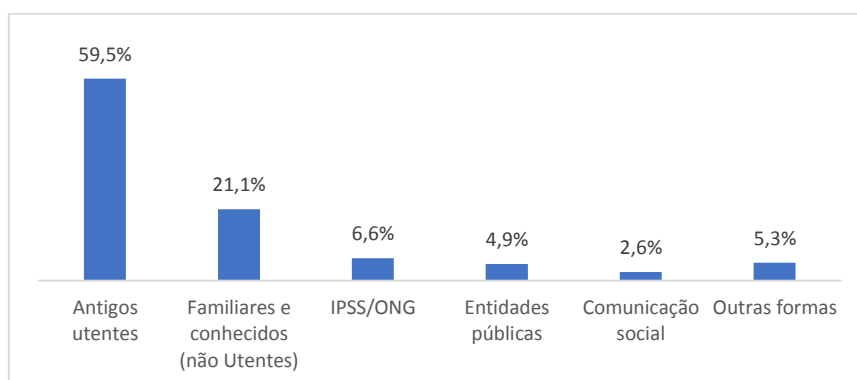


Gráfico 11 - Forma como os utentes conheceram o JRS Portugal

No diagnóstico inicial são requeridos, pelos utentes, diferentes pedidos de ajuda. De entre o tipo de apoios que foram solicitados pelos utentes, associados naturalmente às suas maiores preocupações, destacam-se pela sua relevância:

- Necessidade de emprego: 75%
- Assuntos de âmbito social: 27%
- Assuntos associados ao processo de legalização: 20%

Com menos procura destacam-se a formação profissional com 3%, os cursos de Português com 5% e o apoio médico e medicamentoso com um total de 2%.

Para além do requerido pelo utente são identificadas pela equipa técnica outro conjunto de problemáticas, sendo que aquelas que afetam o maior número de pessoas são:

- Insuficiência de rendimentos (93%)
- Desemprego (90%)
- Fracas habilitações (56%)
- Alojamento (46%)
- Fraca alimentação (46%)
- Irregularidade documental (37%)
- Saúde física (34%).

Associada à falta de recursos económicos está a dificuldade de os utentes se deslocarem ao JRS Portugal quando necessário, situação identificada por 55% dos utentes.

Uma das vantagens do diagnóstico inicial corresponde à possibilidade de se poder obter uma visão holística sobre a situação de cada pessoa. Assim, apesar de os utentes chegarem com um pedido específico, através do atendimento inicial na altura do registo na base de dados, são identificadas diferentes situações de vulnerabilidade para as quais o JRS Portugal tem possibilidade de resposta.

Portanto, após a realização do diagnóstico inicial, cada utente é encaminhado para os diferentes gabinetes que podem proporcionar, sempre que possível, as respostas de que necessitam. Estes poderão ser encaminhados para mais do que um gabinete, devido aos diferentes problemas que apresentam, embora os mesmos não tenham sido referidos pelo utente, mas pela equipa técnica, que os considera serem importantes para a sua integração. Assim, verifica-se que:

- 81% são encaminhados para o gabinete de emprego;
- 67% para o gabinete social;
- 49% para o CLAIM;
- 53% para a Academia, dos quais 22% para frequência de cursos profissionais e 11% para cursos de português;
- 9% para o gabinete de saúde, dos quais 6% para o apoio medicamentoso, 3% consultas médicas e 1% apoio psicológico;
- 2% para assuntos de endividamento e jurídicos.

6.3 Apoio social

O trabalho no domínio da ação social centra-se na intervenção direta através do atendimento ou acompanhamento do utente, e no trabalho indireto por via do desenvolvimento de projetos e parcerias que complementam a ação do JRS Portugal. Ambos confluem para o mesmo fim, ou seja, a concretização da missão do JRS Portugal.

Os objetivos principais do atendimento social poderão dividir-se nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Informar, orientar e encaminhar;
- b) Apoiar pessoas e famílias migrantes em situação de vulnerabilidade social;
- c) Assegurar o acompanhamento social de indivíduos e famílias migrantes no desenvolvimento das suas potencialidades, contribuindo para a sua autonomia, autoestima e gestão do seu projeto de vida;
- d) Mobilizar recursos adequados para prevenir situações de exclusão e promoção da autonomia;

- e) Apoiar o utente na relação com os serviços públicos, nomeadamente os de âmbito social;
- f) Apoiar o utente em situações de sobre-endividamento na sua relação com as instituições bancárias ou fornecedores de serviços;
- g) Apoiar o utente no processo de legalização.

Como se pode constatar nos dados apresentados anteriormente, no Gráfico nº 4 (capítulo 3), grande parte dos migrantes (48%) que se dirige ao JRS Portugal encontra-se em Portugal há menos de dois anos, estando, por isso, numa fase inicial de integração no nosso país. Existe, contudo, uma outra faixa significativa (25%) no extremo oposto, ou seja, pessoas que estão em território nacional desde há 6 a 18 anos. Estes dados traduzem duas realidades diferentes mas com necessidades/respostas semelhantes:

- Os utentes que chegaram a Portugal há menos tempo precisam de mais informação, orientação e acompanhamento para saber a que serviços recorrer, como se legalizar, procurar trabalho, inscrever os filhos na escola, estando muitas vezes numa situação socioeconómica muito precária, o que também afeta a sua saúde física e mental;
- Os utentes que já estão em Portugal há mais de seis anos, por vezes já com nacionalidade portuguesa adquirida e outros, ainda, em situação de irregularidade, que acabam por cair no desemprego prolongado ou em situação de trabalho precário que não lhes garante a subsistência e recorrem ao JRS Portugal por necessitarem também de informação, orientação e acompanhamento para refazerem as suas vidas.

Os apoios concedidos aos utentes por parte do gabinete social variaram significativamente.

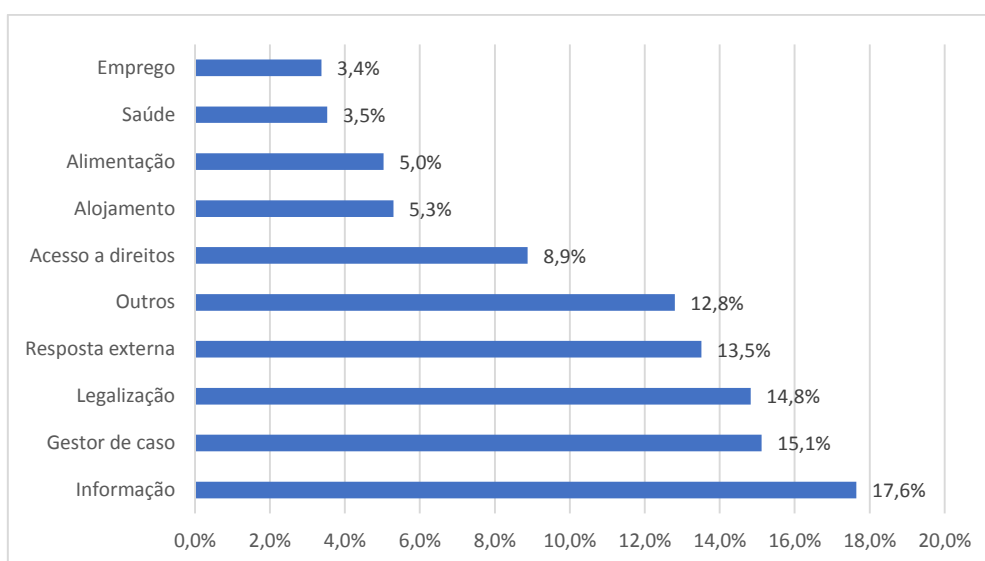


Gráfico 12 - Social: Apoios Concedidos

A leitura deste gráfico permite-nos concluir que o principal tipo de apoio concedido corresponde à prestação de **Informação**.

De facto, é vital para um migrante ter conhecimento sobre como a sociedade que o acolhe funciona, o que esperar dela e a que deveres e direitos tem acesso. No entanto, apesar de muitos dos migrantes que nos procuram já fazerem parte de comunidades enraizadas no nosso país e mesmo havendo associações de nacionais desses países, o desconhecimento e a informação pouco fiável prevalece, o que dificulta a sua integração levando, por vezes, a que caiam em situações de exclusão social.

De seguida surge a **Gestão de Caso**, tipo de apoio que corresponde ao acompanhamento feito a pessoas e famílias que apresentaram um conjunto de “áreas” a ser trabalhadas em conjunto com o técnico (Gestor de Caso) ao longo do tempo. Em 2016, 114 pessoas foram acompanhadas, sendo que 52 transitaram para 2017.

Dos casos encerrados em 2016, 42 tiveram sucesso e 20 insucesso. Aqueles que foram encerrados com insucesso, foram-no devido à ausência de contacto com o utente, pois este não compareceu ao atendimento e o número de telemóvel já não funcionava. Na metodologia de gestão de caso é essencial o acompanhamento ao longo do tempo, o que implica que o utente tenha de se deslocar ao gabinete social várias vezes o que, nalgumas situações, é insustentável por grave carência económica. Pelos mesmos motivos também mudam com muita frequência de operadora de telemóvel, dificultando assim o contacto telefónico. Infelizmente, durante o ano de 2016, o Gabinete Social não usufruiu de qualquer apoio financeiro que pudesse compensar financeiramente o utente para fazer face às suas despesas de deslocação, o que se traduziu numa maior dificuldade no acompanhamento social.

Em terceiro lugar surge a **Legalização**, tipo de apoio normalmente concedido no CLAIM. É importante referir que entre junho de 2015 e setembro de 2016, esta valência não funcionou, tendo recomeçado a funcionar só em outubro, devido à abertura tardia dos financiamentos do FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração). Não obstante a inexistência do CLAIM durante grande parte do ano, o gabinete social não deixou de dar resposta às necessidades dos migrantes nesta área, embora em menor número que nos anos anteriores em que o JRS Portugal dispôs de recursos exclusivamente afetos a esta problemática tão particular da população estrangeira.

O quarto apoio prestado diz respeito às **Respostas externas**, procuradas quer porque o JRS Portugal não dispõe de determinados recursos (nomeadamente apoio pecuniário, Banco Alimentar, Banco de Roupas, entre outros), quer porque a área de residência do utente é

distante e este não possui recursos para se deslocar ao atendimento no JRS Portugal, procurando assim uma resposta social mais próxima. Nesta rubrica também se incluem os encaminhamentos feitos para atendimentos sociais por outras entidades, tais como o Serviço de Emergência Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e os Serviços Locais da Segurança Social. Muitas vezes os migrantes não sabem que podem recorrer a estes serviços mesmo já se encontrando em Portugal há algum tempo.

Por último, surge a rubrica **Outros** na qual se englobam diferentes apoios como, por exemplo, contacto com familiares, ajuda no preenchimento de formulários, mediação com senhorios devido a rendas em atraso, procura de formações específicas (ex: inglês, informática), ajuda no preenchimento do IRS, entre outros.

Projetos e atividades desenvolvidos

No sentido de dar um apoio mais concreto e diversificado a alguns dos utentes que se dirigem ao JRS Portugal, o gabinete social iniciou um conjunto de projetos em diferentes áreas:

- **A_Colher – Hortas Solidárias**

O projeto *A_colher* tem como objetivo a integração social da população imigrante e a promoção da interculturalidade, através da utilização de um terreno, situado em Lisboa (Campo Grande) cedido pelas Irmãs “Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo” onde se dá a possibilidade de os utentes utilizarem talhões para o cultivo de diferentes produtos que poderão servir para a sua alimentação e das suas famílias. Pretende, assim, satisfazer as suas necessidades básicas e manter uma tradição do seu país de origem.

Durante o ano de 2016 foram integradas, neste projeto, cinco famílias, que após uma entrevista de avaliação consideraram o projeto uma mais-valia para a gestão doméstica e para a melhoria do seu bem-estar emocional.

- **Projeto Troca por Troca**

No âmbito do combate ao isolamento das camadas de população mais idosa, muitas vezes afastada da família e de amigos, o gabinete social tem vindo a desenvolver o projeto “Troca por Troca” que consiste na colocação de um migrante, em situação habitacional insegura, na casa de um idoso, fazendo-lhe companhia e tendo a possibilidade de lá pernoitar sem qualquer custo associado, numa lógica de entreaajuda.

Este ano foi feita uma divulgação deste projeto em centros de dia, centros de saúde, igrejas, hospitais e outras entidades. Foi também realizada uma reunião com 25

utentes que se encontravam numa situação insegura relativa ao alojamento. Foi explicado a todos os presentes este projeto e à exceção de dois deles todos mostraram interesse em aderir. Contudo, não houve adesão ao projeto uma vez que os idosos identificados requeriam um apoio cuja tipologia não se adequava ao perfil dos utentes que faziam parte do projeto.

- **Atendimento Social Itinerante**

Esta resposta tem como objetivo o acompanhamento ao refeitório “Rosália Rendu”, pertencente às Irmãs “Filhas da Caridade de São Vicente Paulo” onde são servidas refeições aos sem-abrigo, assegurando a sua alimentação (almoço, lanche e jantar). Aqui, é ainda possível ao migrante tratar da sua higiene pessoal, lavagem de roupa e adquirir, sempre que necessário, peças de vestuário.

O acompanhamento aos utentes é feito em dois momentos: às segundas-feiras em atendimento social e às sextas-feiras no apoio ao refeitório durante o almoço. Muitas vezes é neste momento que se estabelece o primeiro contacto com alguns utentes e posteriormente são encaminhados para o atendimento social. Assim, a presença no refeitório à hora de almoço serve para estabelecer uma relação de proximidade que vai facilitar a intervenção social necessária.

Em julho de 2016 deu-se início ao atendimento social dos utentes deste refeitório que demonstravam uma incapacidade para se deslocar à sede de atendimento do JRS Portugal por motivos económicos e sociais. Assim, iniciou-se o atendimento descentralizado tendo-se realizado, até ao final do ano, 25 atendimentos. Os pedidos apresentados pelos utentes prendem-se com a regularização, procura de trabalho, apoio para alojamento, aulas de português, apoio à saúde, acesso a direitos, informação e orientação.

Outras atividades desenvolvidas pelo Gabinete Social

- Ação de sensibilização junto de estudantes Erasmus do Mestrado em Serviço Social do ISCSP;
- Participação na “Família do Lado” promovido pelo ACM:

Pelo quinto ano consecutivo em Portugal, decorreu no dia 27 de novembro, a iniciativa “Família do Lado”, que pretende juntar à mesa diferentes famílias com objetivo de estas trocarem experiências e terem contacto com diferentes culturas. O JRS Portugal contribuiu com a participação de duas famílias. Sendo uma iniciativa que decorre desde 2012, o JRS Portugal tem participado desde o início, ajudando a promover, não

só o diálogo intercultural mas também a partilha de estórias, sendo este também um veículo para desconstruir mitos que existem em relação à população migrante;

- Participação em ações de formação externas: no ACM - “Lei de Estrangeiros e Lei da Nacionalidade” e no Grupo Operativo de Apoio aos Refugiados – “Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional”
- Participação em ações de formação internas para estagiários e voluntários do gabinete social em “Procedimentos Internos” e em “Informação Legal”.

6.4 Apoio sócio-legal

O facto de o imigrante se encontrar em situação regular ou irregular no país é determinante para o tipo de serviços a que pode ter acesso, em termos de proteção social ou cuidados médicos. Muitas vezes o desconhecimento existente sobre o acesso a uma série de serviços, como por exemplo a proteção jurídica e o apoio judiciário, mesmo no caso das situações de permanência irregular, torna a população imigrante ainda mais vulnerável, o que também se procura combater através do seu encaminhamento para os serviços competentes, quer ao nível do sistema de segurança social, justiça ou cuidados médicos.

O atendimento CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) é apresentado como uma resposta de referência destinada a disponibilizar aos migrantes informação sócio legal, quer em sede de atendimento quer em itinerância pela freguesia. É concedida, essencialmente, informação e esclarecimento sobre processos de regularização, agendamentos no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e, ocasionalmente, acompanhamento aos serviços que dizem respeito à regularização da permanência de estrangeiros em território nacional, nomeadamente ao SEF e aos serviços consulares que representam os países dos migrantes. Também o acesso a direitos laborais e sociais é um assunto fortemente abordado em contexto do atendimento CLAIM.

Os assuntos mais abordados em atendimento CLAIM foram pedidos de informação, orientação e por vezes registo no artigo 88º da Lei de Estrangeiros – aquisição de autorização de residência para o exercício de atividade profissional subordinada; solicitação de autorização de residência com dispensa do visto de residência – artigo 122º; a renovação de autorizações de residência e prorrogações de vistos.

Durante o ano 2016 assistimos a um aumento das dificuldades na marcação dos agendamentos no SEF e a demora dos mesmos, trazendo para a população migrante fatores de stress, essencialmente ao nível laboral mas também no acesso aos direitos sociais. Neste

sentido, foi feito um esforço de identificação de casos para que em conjunto com o gabinete jurídico do JRS Portugal fossem feitas ações de advocay e desbloqueamento das situações.

No terceiro trimestre do ano, com a abertura das candidaturas ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), o JRS Portugal, através de um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e outras associações de cariz social que trabalham com migrantes na cidade de Lisboa, estabeleceram os termos de colaboração de maneira a garantir um serviço de atendimento personalizado para informar, orientar e encaminhar os cidadãos migrantes, facilitando e promovendo a sua integração na cidade de Lisboa. Pretende-se a implementação de uma Rede Municipal de CLAIM - Centros de Apoio à Integração de Migrantes, capaz de cobrir o território, dando resposta à medida 4 do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa 2015-2017 (PMIIL).

Em situações de maior complexidade é prestado apoio jurídico direto e presencial aos utentes, no sentido de dar resposta às situações de maior vulnerabilidade social e legal, que implicam muitas vezes a completa destituição de direitos e que se revelam de maior complexidade em termos de acompanhamento jurídico e de proteção.

O encaminhamento dado a cada caso, após um primeiro atendimento presencial, envolve apoio jurídico documental prestado ao nível da preparação de diversos requerimentos, reclamações e recursos, e também o contacto com diversas autoridades, por exemplo com o SEF ou o Consulado do país de origem, o que se torna ainda mais relevante nos casos de destituição, isto é, nos casos de ausência quase total de documentos pessoais, em que a vulnerabilidade dos utentes é grande e as vias “normais” de atendimento ao público nos serviços da Administração Pública não têm capacidade de resposta. O contacto com Embaixadas de Portugal em determinados países também se tem revelado fundamental no acompanhamento de pedidos de reagrupamento familiar.

Neste sentido, no decorrer do ano de 2016 foram atendidos 79 utentes que apresentavam complexas situações para o seu processo de legalização ou outras questões.

Relativamente à Rede de Apoio aos Consumidores Endividados, da qual o JRS Portugal é membro, foi dado apoio a 10 utentes, através da prestação de informações de cariz jurídico e financeiro, bem como por via do acompanhamento do processo de endividamento junto das Instituições Financeiras. Para além disso, e no sentido de antecipar problemas de índole financeira com os utentes, foram efetuadas sessões de formação de gestão financeira e orçamento familiar.

6.5 Apoio no domínio da saúde

A Área da Saúde, responsável por proporcionar aos migrantes apoio a nível do bem-estar físico e mental, manteve a sua presença através da realização de consultas de clínica geral e familiar, psicologia e psiquiatria, assim como apoio medicamentoso. A necessidade destes apoios deriva das dificuldades observadas nos migrantes em situação legal precária e sem rendimentos. A maioria dos indivíduos que procura apoio à saúde física e mental ou que para lá são encaminhados, fazem-no como consequência de um conjunto de carências sociais, legais, laborais, económicas, que frequentemente têm um impacto bastante prejudicial no seu bem-estar físico e/ou psicológico.

Assim, em 2016, e à semelhança do trabalho desenvolvido em anos anteriores, o JRS Portugal continuou a proporcionar consultas médicas semanais para imigrantes em situação irregular dispondo de três médicos voluntários de clínica geral e familiar, uma médica voluntária de psiquiatria e um psicólogo voluntário, que proporcionaram aos utentes 131 consultas, das quais, 61% de clínica geral e familiar, 14% de psiquiatria e 25% de psicologia. Manteve-se o apoio medicamentoso diário com a colaboração de uma voluntária, auxiliar de farmácia e técnica de análises clínicas.

Ao nível das consultas médicas, as maiores dificuldades sentidas deveram-se ao facto de os utentes não terem condições económicas para pagar os meios complementares de diagnóstico, exames e análises necessários para estabelecer um diagnóstico e tratamento corretos. Estas dificuldades provêm da situação de vulnerabilidade social em que se encontram quando recorrem ao JRS Portugal.

No domínio do apoio psicológico foram desenvolvidas sessões com a duração de cerca de duas horas cada, sendo que este apoio manteve uma articulação próxima com o gabinete social, que encaminha os utentes, e com o apoio psiquiátrico, que sinaliza os imigrantes em situação de extrema vulnerabilidade psicológica e que necessitam de um acompanhamento psiquiátrico e medicação psicotrópica.

No entanto, existiram utentes que interromperam o acompanhamento, tanto ao nível psicológico como psiquiátrico, devido a situação de grande vulnerabilidade, falta de trabalho e/ou de meios económicos essenciais para a satisfação das suas necessidades básicas. É verificado, frequentemente, quando o utente consegue um trabalho, ainda que seja precário, que este deixa de comparecer ao apoio psicológico. Isto, independentemente de continuar ou não a necessitar do mesmo.

Em 2016, no que diz respeito ao apoio psicológico, o JRS Portugal acompanhou 18 migrantes, sendo que na sua maioria estes são oriundos de PALOP e encontram-se em idade ativa.

As atividades desenvolvidas no JRS Portugal ao nível da saúde mental tiveram como objetivo responder a situações de grande vulnerabilidade apresentadas pelos migrantes ao nível emocional, muitas vezes, consequência da situação de solidão e isolamento, que nalguns casos resultou num abuso de álcool. Estas respostas passaram pelo apoio em consulta de psicologia e psiquiatria aos migrantes que o necessitavam e pelo encaminhamento para outros gabinetes de intervenção direta do JRS Portugal, nomeadamente, o gabinete social, CLAIM, Academia, gabinete de emprego, entre outros. A articulação próxima entre o apoio psicológico e psiquiátrico, tanto ao nível dos encaminhamentos para a consulta de psiquiatria, como ao nível do acompanhamento próximo dos utentes que necessitaram desta intervenção médica revelou ser uma grande mais-valia no processo de recuperação do bem-estar dos utentes ao nível da saúde mental.

No que concerne ao apoio medicamentoso, foram realizados 410 atendimentos e encaminhamentos para exames complementares de diagnóstico e terapêutica. Foram, também, solicitadas 1385 caixas de medicamentos e entregues 991 (71,5%), valor superior ao de 2015 em que foram pedidos 1152 medicamentos e entregues 68%. Para este efeito, o JRS Portugal conta com o apoio de cinco farmácias que doam diversos medicamentos. Dos 991 medicamentos entregues, 138 foram conseguidos com a ajuda específica de três delas.

Grande parte da capacidade de resposta deveu-se, também, à utilização do Hardship Fund (fundo de financiamento europeu para exames e medicamentos) para a aquisição de medicamentos de grande procura pelos nossos utentes, nomeadamente anti-hipertensores e analgésicos.

Contámos ainda com a doação de 238 caixas de medicamentos, no âmbito das 8^{as} Jornadas de Recolha de Medicamentos do “Banco Farmacêutico”, evento no qual o JRS Portugal participa desde a primeira edição.

Mantivemos as parcerias já estabelecidas anteriormente e iniciámos uma nova, para a realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica com o Hospital da Ordem Terceira.

Existem, no entanto, dificuldades relacionadas com a falta de recursos económicos dos utentes, o que prejudica o tratamento médico. Esta dificuldade está a tentar ser colmatada através das parcerias existentes, assim como da articulação com os gabinetes existentes no JRS

Portugal que pretendem proporcionar ao imigrante os meios para assegurarem as suas necessidades básicas e o seu bem-estar físico e emocional.

6.6 Parcerias

Contributo	Instituição
Artigos diversos	Banco de Bens Doados
Meios complementares de diagnóstico	Clínica Joaquim Chaves
	Hospital da Ordem Terceira
	IMAG
Alimentação	Filhas da Caridade São Vicente de Paulo
Projetos específicos	Filhas da Caridade São Vicente de Paulo
Rastreio	Liga Portuguesa contra a SIDA
	OMB
Consultas	Clínica dos Jerónimos
	Clínica Dentária Egas Moniz

Tabela 9 - Gabinete social - parcerias

7. Acolhimento temporário de migrantes no Centro Pedro Arrupe (CPA)

7.1 Enquadramento

O Centro Pedro Arrupe, localizado em Lisboa (Ameixoeira) e inaugurado no dia 5 de Maio de 2006, tem uma capacidade para albergar 25 migrantes. É composto por uma ala feminina e outra masculina e por uma área social de convívio que serve também como sala de refeições.

O Centro Pedro Arrupe tem regras de funcionamento próprias, que constam de um regulamento interno, as quais são conhecidas pelos utentes no ato da entrada no centro, por via da assinatura de um acordo. Em termos organizativos, cada um dos utentes recebe semanalmente a informação sobre as suas funções e responsabilidades e só esta responsabilização é que permite que a gestão interna do CPA se faça com o mínimo de custos.

A equipa que gere o CPA, composta por um coordenador e um técnico social, contou no decorrer do ano com o apoio de 33 voluntários e 11 estagiários que desenvolveram a sua atividade através de múltiplas tarefas, nomeadamente no apoio geral das tarefas diárias, bem como no acompanhamento dos utentes, seja através de ações de animação, seja por via de ações de tutoria.

O acompanhamento de cada utente faz-se de forma personalizada, atendendo à especificidade da sua situação, tendo sempre associado um elemento da equipa técnica do JRS Portugal como gestor de caso, que tem como função estabelecer o respetivo projeto de vida com base na avaliação que é efetuada no ato de entrada e nas metas que se pretende alcançar no decorrer da sua estadia. A maioria das vezes o utente, para além de ser seguido pela equipa técnica e pelo gestor de caso, é também acompanhado por um tutor voluntário com um papel muito especial de o ajudar a concretizar o seu projeto de vida.

Os utentes residentes no CPA, para além de receberem o apoio permanente da equipa do próprio centro, usufruem também dos serviços prestados pelo centro de atendimento que os apoiam em diferentes vertentes, nomeadamente nos domínios do apoio social, apoio ao emprego e à formação, acesso à saúde, ou apoio sócio legal.

7.2 Breve caracterização dos utentes residentes no ano de 2016

Os 54 utentes que residiram no CPA ao longo de 2016 apresentavam, no seu conjunto, as seguintes principais características:

- São originários de 15 países sendo os mais representativos: Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe; Paquistão, Angola e Cabo Verde;

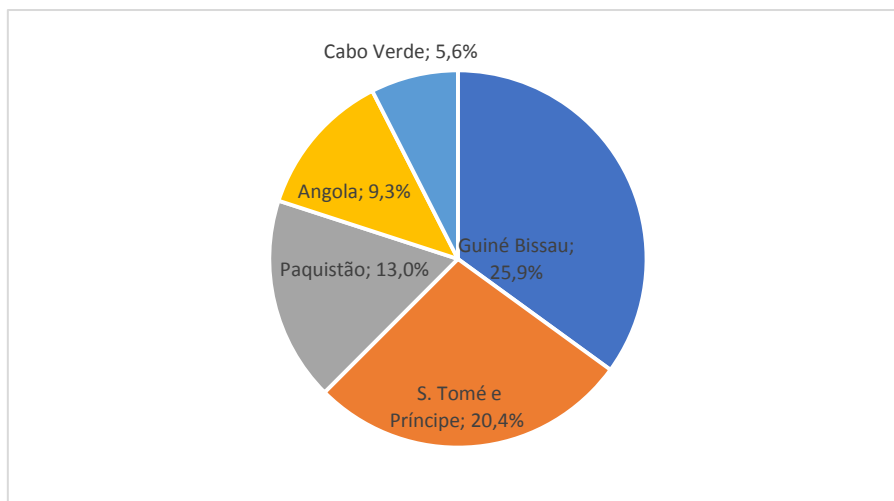


Gráfico 13 - Distribuição dos utentes residentes em 2016 no CPA, por países de origem

- A maioria dos utentes, 72,2%, tinha entre 18 e 40 anos;

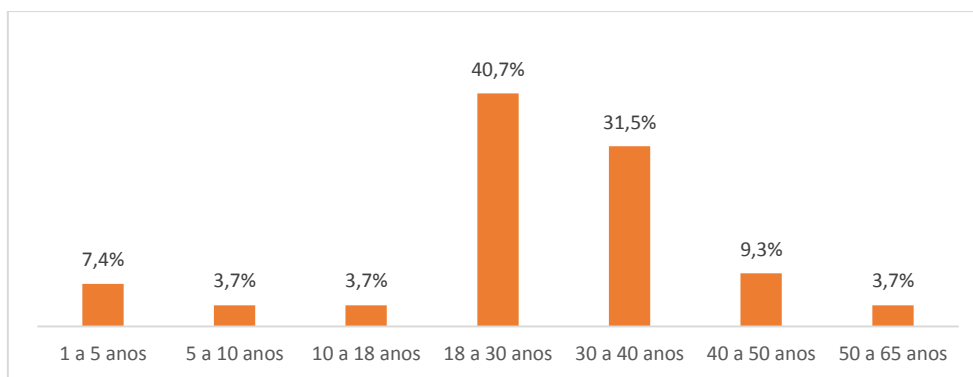


Gráfico 14 - Classe de idade dos utentes residentes no CPA em 2016

- As principais razões para o seu acolhimento prendem-se com a sua precária situação económica e com a necessidade de tratamentos médicos ao abrigo dos acordos de saúde com os PALOP;
- A maioria dos utentes apresentou o passaporte como documento de identificação, seguido pelo cartão de autorização de residência.

7.3 Dados estatísticos da atividade do CPA

Durante todo o ano de 2016 residiram no Centro Pedro Arrupe 54 pessoas, sendo que no final do ano encontravam-se alojados no centro 21 utentes.

A média mensal de ocupação do centro foi de 25 utentes, o que corresponde à sua total capacidade de alojamento.

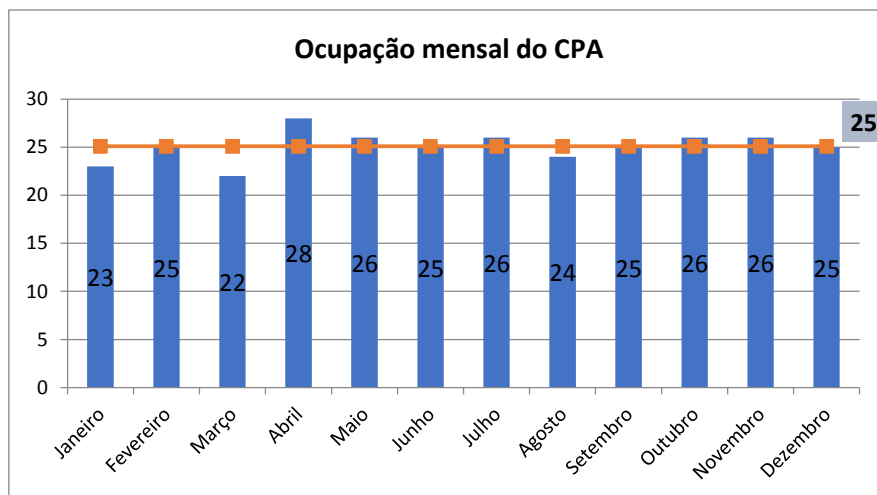


Gráfico 15 - CPA - ocupação mensal

No decorrer do ano verificou-se uma movimentação bastante assinalável de entradas e saídas de utentes.

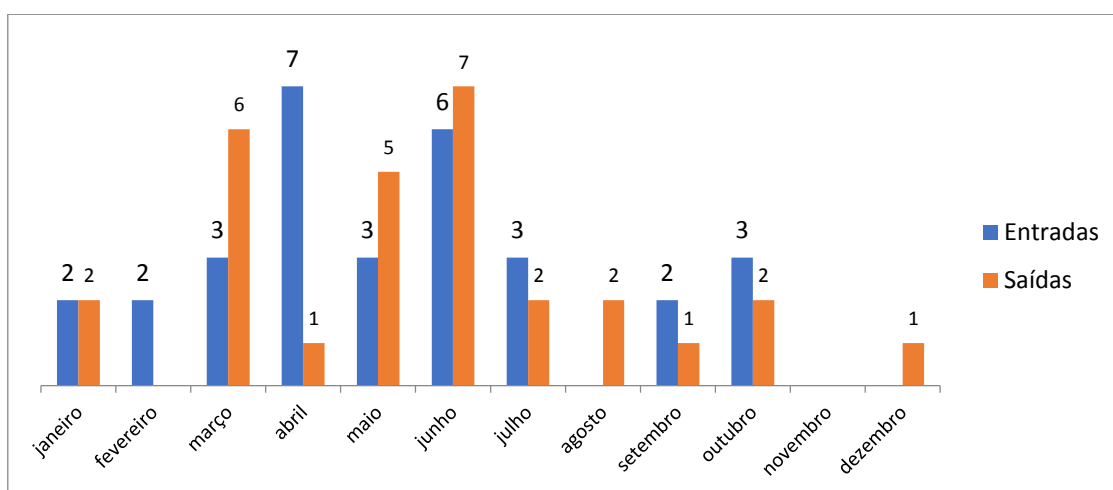


Gráfico 16 - CPA Movimento de entrada e saídas

Este movimento de entradas e saídas tem subjacente um grande trabalho.

No que respeita ao processo de entrada, para além da preparação das condições de alojamento do novo utente, é efetuada uma entrevista inicial, comunicadas as regras e responsabilidades do utente no decorrer do período em que está alojado e é-lhe atribuído um gestor de caso para que seja definido um projeto de vida, muitas vezes acompanhado por um tutor voluntário que, em articulação com a equipa técnica e gestor de caso, o coloca em prática.

Relativamente às saídas, é necessário a preparação de todo o processo, nomeadamente, colaborando com o utente na procura de habitação e respetiva negociação com os senhorios, no equipamento condigno da habitação que o utente vai ocupar, na procura de emprego minimamente estável, na tentativa de estimular as relações sociais e, em determinados casos, orientando o utente no processo de regresso ao seu país de origem. A equipa do CPA fortaleceu ainda as áreas do acompanhamento dos utentes aos serviços, bem como o acompanhamento pós-saída, cuja principal função se baseia no equipamento e decoração dos novos locais onde residem os ex-utentes.

Os principais motivos de saída dos utentes encontram-se representados no quadro abaixo:

Motivo	Nº. utentes
Concretização do Projeto de Vida em PT	25
Retorno voluntário	1
Expulsão	1
Outros	2
Total	29

Tabela 10 – CPA Motivos das saídas do Centro

A avaliação que se faz do processo de saída é muito positiva, uma vez que 25 dos 29 residentes no CPA viram concluídos os projetos que se prontificaram a desenvolver com a ajuda da equipa técnica do JRS Portugal e onde têm um papel determinante a gestora de caso e o tutor. Importa referir que apenas um residente efetuou o retorno voluntário ao seu país de origem e um outro foi obrigado a deixar o centro.

O período médio de permanência no CPA dos utentes que saíram no ano de 2016 correspondeu a 11,8 meses, período bastante elevado quando comparado com o tempo médio de permanência de oito meses que o JRS Portugal considera, face à sua experiência, como suficiente para a concretização do projeto de vida. O período máximo permanência dos utentes que saíram em 2016 foi de 32 meses e o mínimo de 2 dias. Um dado que pode ter tido alguma influência no aumento deste período de tempo, e que consideramos importante referir, prende-se com o facto de o CPA ter alojado dois refugiados utentes recolocados durante o ano, o que, face à natureza da intervenção que requerem, permaneceram mais tempo no centro do que o expectável.

O período de permanência no centro, dividido por diferentes classes, apresenta-se na tabela abaixo:

Casses de permanência	Nº	%
Até 5 meses	10	34,5%
5 a 8 meses	5	17,2%
8 a 12 meses	4	13,8%
12 a 24 meses	3	10,3%
Mais que 24 meses	7	24,1%
Total	29	

Tabela 11 – CPA Classes de tempo de permanência dos utentes

7.4 Período de permanência dos utentes no CPA

Durante o período em que permanecem no CPA, os utentes participam ativamente no dia-a-dia do Centro. É efetuada, pela equipa técnica, uma escala de tarefas diárias na qual cada um dos utentes tem responsabilidades próprias. Para além destas tarefas, mais associadas ao próprio Centro, os utentes têm horários a cumprir, no que respeita ao levantar, ao horário das refeições e à recolha noturna.

Os utentes dispõem diariamente das quatro refeições (cujo horário está afixado). Os almoços e jantares são fornecidos pelo Grupo Jerónimo Martins. Os complementos para estas refeições provêm do Banco Alimentar, nomeadamente a fruta e algumas sobremesas. Os alimentos para as restantes refeições são fornecidos pelo Banco Alimentar e por uma loja dos supermercados Continente.

Os utentes dirigem-se periodicamente, no sentido de preparar o seu projeto de vida, aos diferentes serviços do JRS Portugal, nomeadamente aos gabinetes de emprego e formação e integram as ações de formação para as quais se identifique necessidade e perfil.

A ocupação e a organização do tempo são assim importantes para o seu processo de integração. Para além das atividades referidas anteriormente e aquelas de âmbito mais psicossocial importa realçar a participação comunitária e a ocupação por via da empregabilidade.

Com respeito à participação comunitária/emprego a situação dos residentes (21) que ocupavam o Centro Pedro Arrupe no final do ano de 2016, era a seguinte:

- Nº. de utentes empregados: 14 (um apenas ao fim de semana)
- Nº. de utentes em Participação Comunitária: 4 (um no projeto “GeriCuidar”)
- Nº. de utentes sem ocupação: 3

Salienta-se, pois, o facto de a maioria dos utentes estar ocupada, seja por via do emprego ou pela participação comunitária. Os motivos da falta de ocupação de três utentes estavam associados a situações de doença que os impede de conseguirem uma ocupação com carácter mais permanente.

Atividades	Ações
Acompanhamento de utentes	Os utentes são acompanhados pela equipa a diferentes serviços públicos com vista a ajudá-los na sua relação com os mesmos.
Almoço Comunitário (diário)	Durante a semana efetua-se sempre um almoço comunitário em que participam os utentes que na altura se encontram no Centro, a equipa técnica, voluntários e convidados.
Oração Inter-religiosa	Semanal, porém intermitente a partir do mês de Setembro. Destaca-se a peregrinação do CPA (junto com a equipa do CATR) à igreja da Charneca, com 56 participantes
Desporto	Foram desenvolvidos alguns desportos com os utentes, como por ex: Yoga e Futebol; Idas ao estádio (3 vezes).
Visitas de âmbito Cultural	Foram efetuadas 25 visitas a diferentes locais com os utentes, três das quais de âmbito desportivo
Visitas a formandos nas Participações Comunitárias	No âmbito da participação comunitária dos utentes, foram efetuadas 12 visitas aos locais onde os formandos (utentes) estão a desenvolver a sua atividade.

Tabela 12 - CPA Atividades com utentes

7.5 Festividades

O Centro Pedro Arrupe tem sido, desde há algum tempo a esta parte, a “sala de visitas” do JRS Portugal. Neste contexto, o Centro organizou vários eventos associados às visitas de várias pessoas com grande ligação ao JRS Portugal ou com o objetivo de conhecerem o JRS Portugal nas suas diferentes vertentes. Podemos destacar, entre estes eventos, a Celebração das festas de Natal e Ano Novo, a receção do Provincial da Companhia de Jesus, José Frazão, SJ, a receção do diretor do JRS Portugal – Europa, Jean Marie Carrière, a receção do Diretor do JRS Grécia e dos deputados do grupo parlamentar do PSD, liderados pela deputada Teresa Morais.

Destaca-se como o grande evento de 2016, a celebração do 10º. Aniversário do Centro Pedro Arrupe. Realizou-se no dia 24 de junho com um programa próprio, no qual se salienta a inauguração de um graffiti na empena norte do edifício onde está instalado o CPA, uma conferência em que foram apresentados dados da ação do Centro nos últimos dez anos e um trabalho sobre os utentes que entretanto saíram do Centro. Foram apresentados vários testemunhos de utentes, alguns dos quais já a trabalhar fora de Portugal. Estiveram presentes vários convidados, entre os quais as instituições que mais têm apoiado o centro em vários domínios.

7.6 Atividades com a comunidade local

Constitui sempre uma prioridade do CPA a ligação com a comunidade local. Neste contexto, foram realizados alguns eventos, como por exemplo uma visita ao jardim zoológico com membros da comunidade cigana, o envolvimento do representante da comunidade cigana no 10º aniversário do CPA (dia do Cigano), assim como na elaboração do vídeo sobre a pintura do *graffiti* no edifício. Destaca-se, ainda, a ligação das crianças ao CPA que estão diariamente nas instalações do Centro, envolvendo-se nas limpezas gerais do espaço exterior e noutras atividades.

7.7 Parceiros

Apoios sociais

Instituição	Contributo	Resultados
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Apoio para Creche	Integração de quatro crianças em creche; (uma delas refugiada)
Segurança Social	Financeiro / Acordo Atípico	Apoio na manutenção do CPA e equipa técnica

Participação comunitária

Instituição	Contributo	Resultados
Associação Paroquial de Santos o Velho	Estágios não Remunerados: Participação Comunitária	Estágios para os residentes do CPA- 25
Uniself	Estágios não Remunerados: Participação Comunitária	Estágios para todos os residentes do CPA- 25

Alimentação

Instituição	Contributo	Resultados
Jerónimo Martins	Produtos Alimentares	Angariação de 13.500 refeições/ano para os migrantes e refugiados
Banco Alimentar	Produtos Alimentares	Poupança em Apoio alimentar
Associação Porta do Mais (APM)	Produtos Alimentares	Obtenção de frescos por parte da APM em resposta ao apoio concedido através da Uniself

Equipamentos e artigos para o lar

Instituição	Contributo	Resultados
EntreAjuda	Diversos: Apoio Mobiliário e artigos de higiene/limpeza	Poupança em artigos de higiene e limpeza
Banco de Utilidade Social (BUS)	Apoio Mobiliário	Obtenção de novo mobiliário (cadeiras da ala comum- 25) e sofás para a ala comum e ala feminina; duas camas e dois colchões ortopédicos para quarto da ala masculina; Aparador grande para sala; Diversas camas,

Instituição	Contributo	Resultados
		colchões e outros artigos que serviram para mobilar as casas de ex-residentes do CPA;
ALDI	Artigos para o Lar	Diversos artigos de decoração e pequenos eletrodomésticos úteis para os ex-residentes do CPA e para o equipamento dos apartamentos dos refugiados recolocados.
Colégio São João de Brito	Doações	Várias doações úteis ao equipamento dos apartamentos dos refugiados recolocados.

Outros

Instituição	Contributo	Resultados
Junta de Freguesia de Santa Clara	Apoio na Celebração do 10º Aniversário (som; cadeiras, mesas, limpeza do espaço exterior)	Obtenção de um novo Parque Infantil.
Universidades: Católica/Lusófona/ISCE/ISTEC	Estágios Curriculares	11 Estagiários.
Câmara Municipal de Lisboa	Licença Empena	Graffiti Realizado
Gebalis	Apoio com doação de tintas e obras de emergência no WC e no corredor da ala masculina, quartos e cozinha da ala feminina	Cessação das diversas infiltrações; novo equipamento de cozinha na ala feminina.

Tabela 13 - CPA: parcerias

8. Atividade psicossocial com os migrantes detidos (UHSA)

8.1 Enquadramento

Desde 2006, ano de abertura da Unidade Habitacional de Santo António (UHSA), no Porto, que o JRS Portugal tem vindo, por via de um Protocolo de Colaboração celebrado com o Ministério da Administração Interna/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a programar e a desenvolver um conjunto de atividades neste espaço, sempre com o objetivo primordial de promover uma estada tanto mais digna e humanizada quanto possível às pessoas acolhidas na UHSA. A abordagem desenvolvida pelo JRS Portugal é multidisciplinar, holística e centrada na dignidade inalienável de cada ser humano.

As atividades promovidas pelo JRS Portugal na UHSA são essencialmente de cariz psicossocial, e são realizadas por uma técnica da área social, em articulação com a área jurídica do centro de atendimento, em Lisboa, contando, ainda, com a colaboração dos parceiros do Protocolo, acima mencionado, e de outras instituições parceiras, como os Médicos do Mundo, e voluntários que colaboram ativamente na concretização da missão do JRS Portugal de Acompanhar, Servir e Defender.

De salientar que o JRS Portugal acompanha o funcionamento da unidade e os utentes da mesma, em particular aqueles em situação mais vulnerável (nomeadamente, famílias com crianças, mulheres grávidas, requerentes de asilo, situações de doença física ou mental, etc.) sendo este trabalho reportado regularmente à direção do JRS Portugal, para que, sempre que tal se justifique, algumas questões possam ser discutidas e trabalhadas no âmbito da Comissão de Acompanhamento, prevista no mesmo Protocolo². De entre o grupo de pessoas vulneráveis, destacam-se muito particularmente as crianças, às quais será garantido especial acompanhamento e apoio psicossocial e educativo.

A equipa da UHSA é constituída por duas colaboradoras, uma das quais a tempo parcial, e por 10 voluntários que colaboram em diferentes atividades.

² A Comissão de Acompanhamento tem como missão a avaliação e monitorização do funcionamento da UHSA.

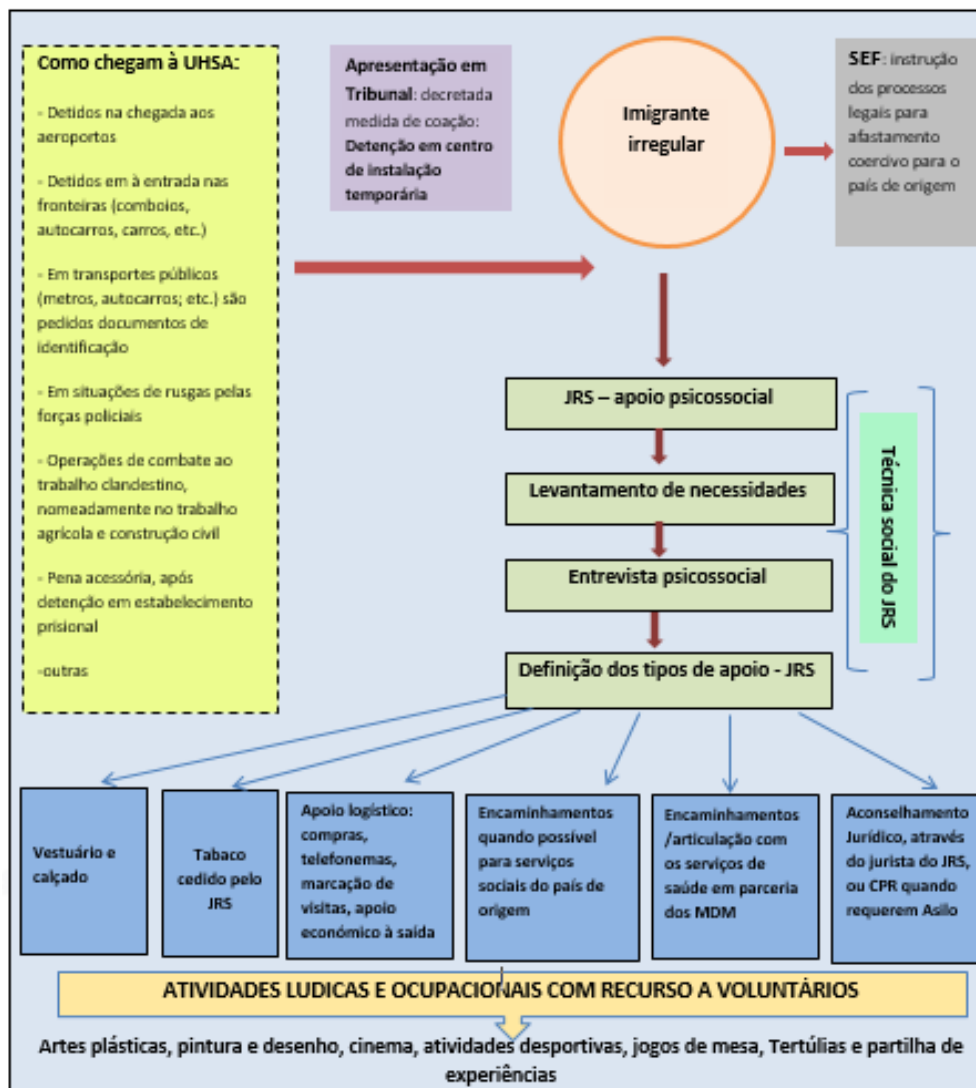


Figura 3 - UHSA - Fluxo de atividades desenvolvidas

8.2 Imigrantes em situação de Detenção

O trabalho que desenvolvemos de acompanhamento aos estrangeiros detidos permite-nos compreender a complexidade da situação de detenção administrativa e as suas consequências. De facto, temos constatado ao longo dos anos o impacto negativo que a situação de privação da liberdade, a imprevisibilidade quanto ao futuro e a impossibilidade de definir, provocam em cada indivíduo (qualquer um, independentemente das características individuais), tornando-o mais vulnerável e mais exposto à ansiedade, ao stress e ao sofrimento. É então objetivo do JRS Portugal identificar casos de maior vulnerabilidade e colmatar as diferentes carências sentidas pelos cidadãos aqui instalados, durante o período de detenção, mas igualmente quando confrontados com o seu retorno ao país de origem.

Durante o ano de 2016, ficaram instalados na Unidade Habitacional de Santo António um total de 187 detidos, sendo que dois deles eram menores acompanhados pelas progenitoras. A maioria é do sexo masculino (87%), e representante de 49 diferentes nacionalidades. Os principais países, que representam, só por si, 50% dos migrantes em situação de detenção, foram: **Brasil, Cabo Verde, Índia, Marrocos e Bangladesh.**

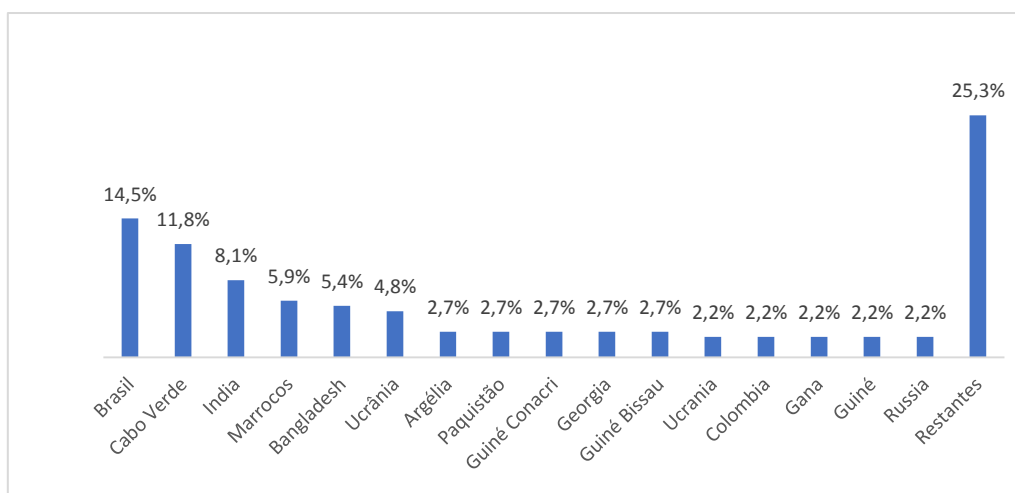


Gráfico 17 - UHSA - Distribuição dos detidos por países de origem

Este ano tivemos mais 2 mulheres instaladas na UHSA, comparativamente a 2015. À semelhança do ano anterior, registou-se população principalmente masculina. Efetivamente, este ano apenas 13% da população era feminina, oriunda de 11 países, entre os quais destacamos o Brasil, país de origem de 11 mulheres, seguido do Irão com 2.

O tempo médio de permanência na UHSA, dos migrantes em situação de detenção, foi de **27 dias**, distribuídos pelas seguintes classes de permanência:

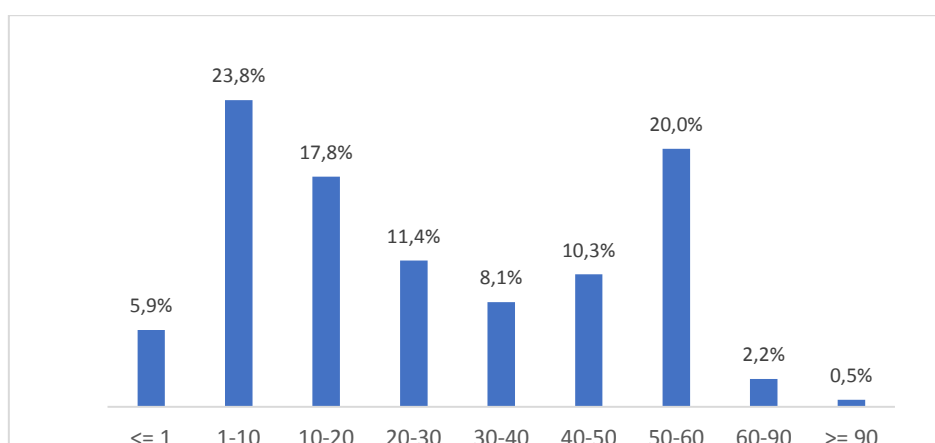


Gráfico 18 - UHSA - Classes do tempo de permanência dos detidos

A maioria das situações corresponde ao período de 1 a 20 dias (41,6%) e de 50 a mais dias (20,0%).

No que respeita às idades dos cidadãos alojados na Unidade, a faixa etária mais frequente situou-se entre os 20 e os 40 anos com 69,3%. Contudo, as faixas dos 40 aos 50 registaram um ligeiro aumento em relação a 2015. Concluímos, à semelhança de outros anos, que a maioria dos cidadãos aqui instalados se encontra em idade ativa. Efetivamente, a média das idades situa-se nos 35 anos.

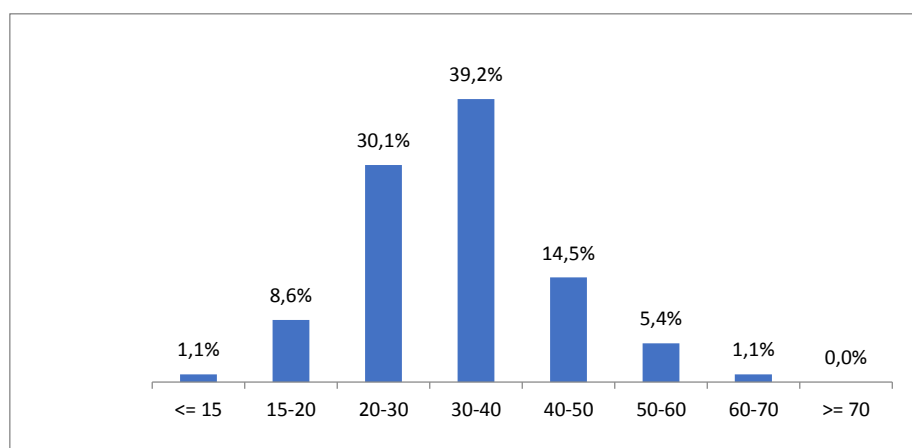


Gráfico 19 - UHSA - Classes de idades dos detidos

Quanto à escolaridade dos utentes, salienta-se uma maior frequência do ensino primário (61), ensino básico (49) e ainda ensino secundário (38). Salvaguarde-se que, em muitos casos, não houve oportunidade de aferir com rigor - devido a barreiras linguísticas - o nível de escolaridade, podendo este dado induzir uma conclusão incorreta acerca do nível global de escolaridade desta população.

No que diz respeito à ocupação ou atividade profissional, realça-se que em 102 casos os migrantes não tinham qualquer atividade laboral em Portugal. São estes casos, na sua maioria, situações de estadia curta em Portugal ou de desemprego. Destacou-se nos cidadãos do sexo masculino as áreas da construção civil (35), comércio (10) e restauração (25).

O desemprego nesta população é indubitavelmente um dado de relevo. Não somente ele influi nas condições de vida e de saúde destes cidadãos como representa um papel importante no estatuto legal. Efetivamente, a incapacidade de manter ou renovar oportunidades laborais representam em muitos casos o ponto de viragem de uma vida estável e regular em Portugal

para uma situação de desamparo legal para a renovação de autorização de residência, rutura na manutenção de obrigações financeiras, perda de alojamento e capacidade de subsistência.

A esta condição de precariedade seguem-se os quadros que testemunhamos de indigência, associados a consumos de substâncias, quebras de elos sociofamiliares, que, por sua vez, reforçam o desamparo e recorrência destas estratégias e mecanismos negativos e pejorativos. É um quadro de desproteção duplamente preocupante. Em muitos casos este país de acolhimento afigura-se incapaz de oferecer o “futuro melhor” que outrora inspirou esta coragem e força de partir, a esperança de uma vida estável e segura, sendo que também o país de origem não oferece qualquer esperança ou perspetiva de futuro.

No que respeita às situações de particular vulnerabilidade com que nos deparamos frequentemente na Unidade, é de referir que as mesmas se encontram expressamente previstas no Protocolo de Colaboração. Vejamos.

Situação/problema	Nº de pessoas
Menores acompanhados	2
Consumos de estupefacientes	12
Problema de saúde muito grave	2
Internamentos	2
Urgências hospitalares	7
Problemas psiquiátricos	37
Consultas hospitalares	11
Domicílios de enfermagem	9

Tabela 14 – UHSA - Sistematização das situações de maior vulnerabilidade

8.3 Período de permanência (intervenção do JRS Portugal)

Durante o período de detenção é missão do JRS Portugal minimizar os danos do impacto que esta realidade acarreta para a pessoa que é detida. Ter em conta os aspetos culturais no contexto de detenção são muito importantes, porque facilitam uma comunicação mais humanizada e próxima das pessoas que já se encontram numa situação de extrema vulnerabilidade.

Um dos aspetos que distingue o JRS Portugal de outras instituições/organizações é o contacto direto com as pessoas que estão em contexto de detenção, têm experiência prática e um acompanhamento permanente durante o período em que os imigrantes estão detidos, sendo que em Portugal o período máximo é de 60 dias.

É importante destacar que acompanhar pode significar, muitas vezes, estar com a pessoa, estar presente e disponível.

Para termos uma noção do trabalho desenvolvido pela técnica do JRS Portugal que se encontra a exercer atividade dentro do centro de detenção passamos a apresentar alguns números

Tipo de atividade	Ações desenvolvidas
Atendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • 622 atendimentos, que em média representam 3 atendimentos por utente
Encaminhamentos	<ul style="list-style-type: none"> • 22 encaminhamentos para serviços sociais e de saúde • 15 novas instituições contactadas; embaixadas, serviços sociais para encaminhamentos dos utentes durante a estadia e para a preparação da sua saída dentro do território português • 3 encaminhamentos para os países de retorno (2 Ucrânia, 1 Rússia)
Compras	<ul style="list-style-type: none"> • 87 utentes solicitaram compras, nomeadamente produtos de higiene, alimentação, cartões telefónicos, envio de cartas, etc.
Encaminhamentos médicos	<ul style="list-style-type: none"> • 166 utentes foram avaliados clinicamente pelos Médicos do Mundo • 20 consultas em hospitais públicos • 4 exames complementares de diagnóstico • 9 domicílios de enfermagem
Aconselhamento jurídico	<ul style="list-style-type: none"> • 14 pedidos de proteção jurídica solicitados através do gabinete social em parceria com o CPR e o gabinete jurídico do JRS • 9 pessoas encaminhadas para o centro de acolhimento do CPR no âmbito dos pedidos de Asilo. • 23 emails com envio de documentos para advogados e embaixadas.
Apoio no retorno dos utentes aos países de origem	<ul style="list-style-type: none"> • 21 utentes apoiados com bens essenciais para o regresso ao país de origem (dinheiro de bolso, roupa e bagagem)
Dinamização de atividades de carácter lúdico e pedagógico	<p>Foram dinamizadas ao longo de 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2 Workshops de música, 1 Workshop de trabalhos sobre a Páscoa Ateliers de pintura e desenho - 2 vezes por semana, Jogos de mesa diariamente Mesa de ping-pong e matraquilhos diariamente Cinema – 1x por semana Atividades desportivas - 1x semana Expressão plástica - 1x semana 2 Sessões de sensibilização (OIM)

Tabela 15 - UHSA Intervenção junto dos utentes

9. Ação no domínio da empregabilidade



Figura 4 - Gabinete de Emprego Organigrama

9.1 Enquadramento

No ano de 2016, o gabinete de emprego do JRS Portugal teve como principais objetivos apoiar a inserção laboral da população migrante, de acordo com as habilitações literárias e profissionais de cada utente, bem como promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionalizantes, através do encaminhamento para formações de diversa índole (técnico-profissional, linguística, entre outras).

A equipa do gabinete de emprego foi constituída por um coordenador, uma estagiária e cinco voluntários.

O gabinete de emprego integra três valências: prospeção de emprego; encaminhamento e orientação profissional e acompanhamento de utentes e empregadores.

No domínio da prospeção, pretende-se encontrar oportunidades de emprego para os utentes do JRS Portugal que cubram os seus diferentes perfis ou aqueles que, após as ações de formação que frequentaram no âmbito dos programas do gabinete de Academia, entrem na bolsa de empregos.

A atividade de encaminhamento e orientação profissional centra-se, essencialmente, no encaminhamento dos utentes com os perfis que se enquadrem nas ofertas de emprego existentes. Para além disso, presta ajuda aos utentes no domínio da orientação profissional, designadamente na elaboração de Currículos Vitae.

O acompanhamento de utentes e empregadores pretende obter informação sobre a forma como o utente se integrou no posto de trabalho, bem como aferir o grau de satisfação dos empregadores e dos próprios utentes.

No primeiro atendimento realizado com o candidato identificam-se o seu perfil profissional definindo com o utente, com base em toda a informação recolhida, as áreas mais viáveis para a sua possível integração profissional ou, caso se identifique como necessário, a eventual integração em ações de formação adequadas ao seu perfil.

Toda a informação recolhida é inserida na base de dados, constituindo-se assim uma bolsa de candidatos à empregabilidade ou à formação. Para responder à necessidade de emprego dos utentes recorre-se a essa bolsa para divulgar os candidatos junto de diferentes entidades empresariais e particulares, de modo a angariar oportunidades de emprego que correspondam ao perfil dos migrantes acompanhados.

Para além disso, e face ao historial de empregabilidade que o JRS Portugal tem, são várias as pessoas individuais ou empresas que disponibilizam ofertas de emprego para diferentes áreas, fundamentalmente nas áreas do trabalho doméstico, cuidados a idosos e acompanhamento de crianças. Por vezes, embora mais raramente, surgem algumas oportunidades de emprego para homens nas áreas da construção civil, agricultura, etc.

Assim sendo, o papel do JRS Portugal no domínio da empregabilidade incide na mediação da relação entre potenciais empregados e empregadores, com base nos conhecimentos que antecipadamente adquirimos sobre ambos e que cruzamos para que resultem no melhor matching.

9.2 Encaminhamento e orientação profissional

Para um melhor conhecimento dos candidatos perante a entidade empregadora, o gabinete de emprego apoia os utentes na elaboração do seu currículo.

No ano em análise, o gabinete de emprego elaborou 803 currículos, o que representa um aumento de 105% face ao ano anterior (391). Este aumento justifica-se por se ter considerado como sendo cada vez mais importante que o candidato a um determinado emprego seja portador de um currículo bem elaborado, tratando-se este de um “cartão de apresentação” do candidato ao empregador. Assim, este fica a conhecer, em detalhe, o perfil do candidato e a sua eventual experiência e conhecimentos.

Da análise aos currículos apresentados constatamos que as áreas profissionais identificadas com maior incidência ao longo de 2016 foram as da Geriatria, Construção Civil, Restauração e Serviços domésticos.

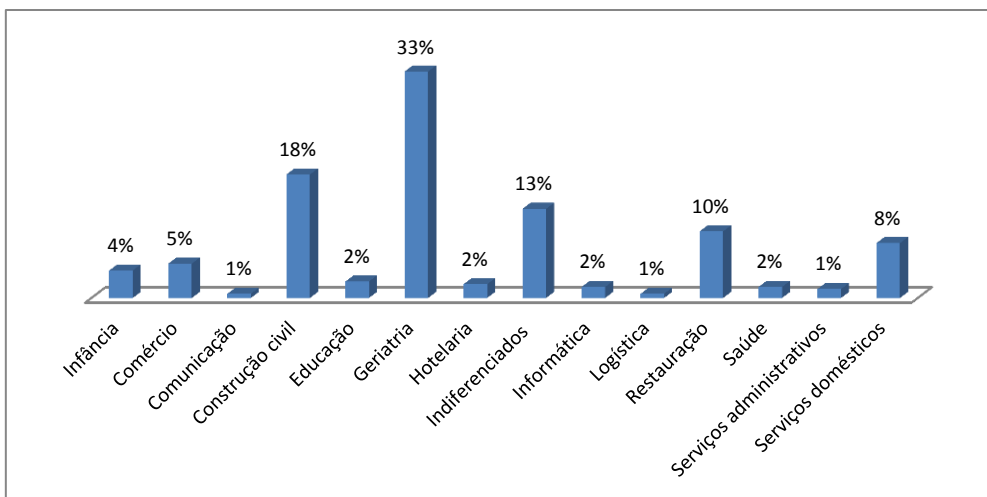


Gráfico 20 - Emprego: áreas profissionais curriculares

9.3 Prospecção (Ofertas de emprego)

O JRS Portugal recebeu 478 ofertas de emprego, o que representa um aumento de 21% face ao ano de 2015, sendo que a maioria das ofertas (319) está associada à área de cuidados a idosos.

Do total de ofertas, 303 (65%) foram preenchidas com candidatos identificados e propostos à entidade empregadora pelo JRS Portugal. As restantes 175 ofertas (36%) não foram efetivadas com uma colocação profissional, essencialmente, por extinção do motivo que justificou a apresentação do pedido de emprego ou porque foram utilizadas outras alternativas por parte do empregador.

De salientar que, conforme referido anteriormente, para responder à necessidade de emprego dos utentes que recorrem ao gabinete, o JRS Portugal tem, ao longo dos anos, constituído a sua bolsa de candidatos, focando a diversidade de competências e experiências profissionais que caracterizam a população que se desloca ao gabinete de emprego. No entanto, é ainda no segmento dos empregadores particulares que o JRS Portugal recolhe mais ofertas de trabalho, conforme demonstra o gráfico abaixo.

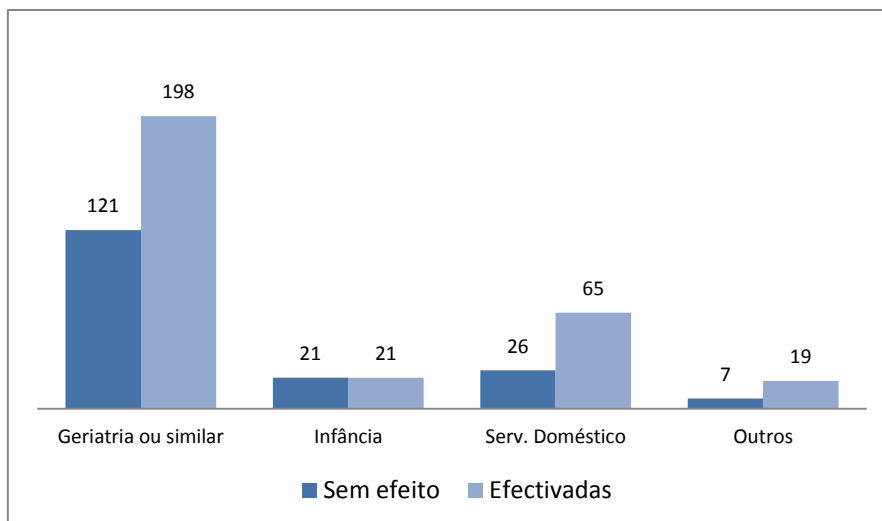


Gráfico 21 - Número de ofertas de emprego

9.4 Integrações profissionais

Tendo por base as ofertas de emprego existentes, o gabinete de emprego efetua a pesquisa de possíveis candidatos que reúnam as condições pretendidas pelo empregador. Caso se encontre o candidato, o mesmo é encaminhado para entrevista onde lhe são apresentadas as condições da oferta de emprego em causa. Posteriormente o candidato é encaminhado para o empregador com uma carta de apresentação.

Em 2016 contabilizamos um total de 303 colocações profissionais diretas, o que corresponde a um aumento de cerca de 22% face a 2015. À semelhança desse ano, a integração em empregos com funções no domínio da geriatria ou similar manteve-se com maior representatividade, bem como a predominância do regime de trabalho interno, conforme exposto no gráfico que se segue.

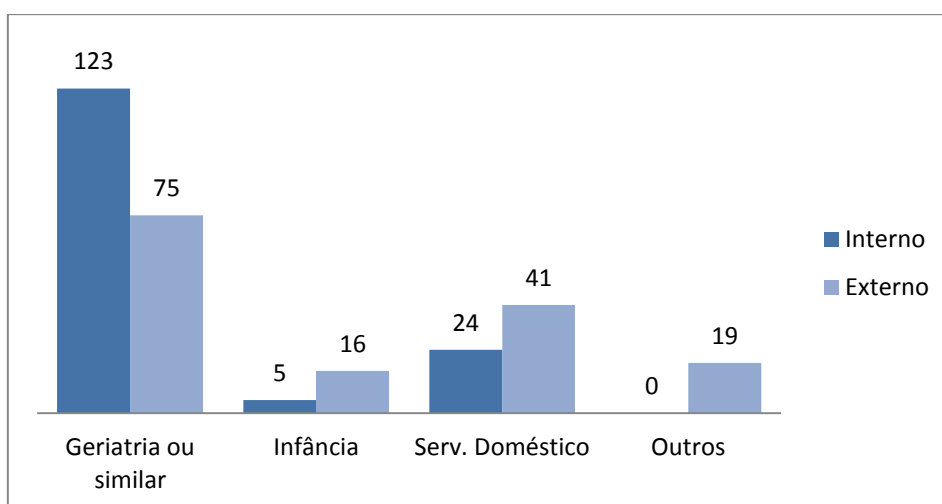


Gráfico 22 - Número de empregos criados por regime de trabalho e setor de atividade

A cada uma das colocações no mercado de trabalho está associado, por parte do gabinete de emprego, um conjunto de tarefas de significativo relevo, nomeadamente, a exposição junto dos empregadores sobre o trabalho que o JRS Portugal desenvolve com os candidatos, o aprofundamento das funções que o utente venha a desempenhar, adequando ao perfil desejado, de modo a compatibilizarmos a procura com a oferta.

Nesse processo também efetuamos entrevistas com o empregador e damos a orientação necessária quanto aos procedimentos a ter em conta na contratualização do utente.

9.5 Acompanhamento de utentes e empregadores

O acompanhamento do JRS Portugal no âmbito da empregabilidade termina após uma sequência de contactos com os empregadores e os migrantes inseridos profissionalmente, a que chamamos de *follow-up*.

Representa o acompanhamento das colocações laborais conseguidas. É realizado com os empregadores e com os utentes encaminhados pelo JRS Portugal, a fim de acompanhar a evolução do processo de integração profissional, prevenir e mediar alguma dificuldade que tenha surgido e melhorar o desempenho no trabalho.

Para o efeito, no ano em análise, foram realizados cerca de 911 contactos de *follow-up*, dos quais resultou um nível de satisfação classificado como bom ou muito bom por parte dos empregadores e dos empregados.

9.6 Parcerias

Instituição	Contributo
Contratação de utentes referenciados pelo gabinete de Emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Beneficência Casas S. Vicente de Paulo • Sociedade Espanhola De Beneficência • Lar da Travessa • Lar Nossa Senhora da Vitória • Ativos Reais • Centro Social e Paroquial da Pena • Baixa House • Comfortkeepers • Serhogarsystem • Sensil • FamilyFirst • Dep. Logística do Jerónimo Martins, SGPS SA
Referenciação do JRS Portugal às famílias com necessidades de apoio domiciliário na área de Geriatria	<ul style="list-style-type: none"> • Centros Hospitalares de Lisboa e Cascais • Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Comunicação de processos de recrutamento em aberto e contratação de utentes acompanhados no gabinete de emprego que correspondam ao perfil pretendido.	Manpower

Tabela 16 - Gabinete de emprego - parcerias

10. Ação no domínio da formação/capacitação

10.1 Enquadramento

A Academia foi, em 2016, separada do gabinete de emprego e formação e autonomizada num gabinete próprio tendo em vista dar mais ênfase à criação e desenvolvimento de atividades/projetos temporários nomeadamente no âmbito da capacitação e formação profissional da população migrante.

A Academia do JRS Portugal tem como principal objetivo a garantia de um crescimento sustentado apoiando-se, para o efeito, na busca da inovação e criatividade, bem como em padrões de qualidade de formação que assegurem um conjunto de mais-valias para todos os migrantes que procurem este serviço.

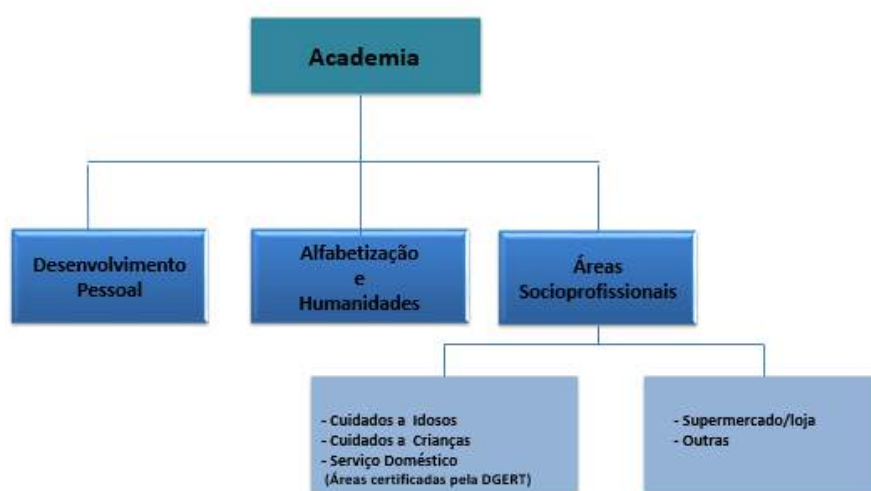


Figura 5- Academia: Organigrama

Este gabinete integra três grandes áreas de atuação: desenvolvimento pessoal, alfabetização e humanidades e áreas socioprofissionais.

As áreas socioprofissionais abrangem as áreas de formação certificadas pela DGERT, nomeadamente cuidados básicos a idosos, cuidados básicos a crianças e serviços domésticos bem como outras áreas de formação não certificadas, como, por exemplo, supermercado/loja. A equipa da Academia é constituída por um coordenador, um psicólogo e um conjunto de dez formadores voluntários que lecionam formações nas mais diversas áreas. Os formadores voluntários estão integrados em projetos de formações específicos ou participam em ações pontuais.

10.2 Formações desenvolvidas – 2016

Áreas	Designação da Formação	Nº. Formações	Nº. Formandos	Nº. Formadores	FCT - Entidade	Entidade Parceira	Entidade Financiadora
Alfabetização e Humanidades (Desenvolvimento de competências na aprendizagem da língua portuguesa e /ou estrangeira)	Português Níveis: Inicial (2); Intermédio (2) e Inicial(2)	7	53	8 Voluntários 1 Colaborador		Colégio São João de Brito (Cedência de espaço)	FAMI (para uma das formações)
Socio Profissional (Desenvolvimento de competências socioprofissionais)	Projeto - GeriCuidar Módulos: <ul style="list-style-type: none"> • Serviço doméstico; • Cuidados a idosos; • Culinária; • Interculturalidade; • Técnicas de Procura de Emprego; • Desenvolvimento Humano e Espiritual 	6	60	5 Voluntários	Lar da Casa Nossa Senhora da Vitória	ACPP - formação do módulo de Cozinha SPEAK - formação do módulo interculturalidade Irmãs Franciscanas da Apelação CUPAV	Funds for Women
	Projeto - Capacitação4Job	1	15	1 Psicólogo colaborador	Loja/Cozinha	Grupo Jerónimo Martins (Cedência de estágio e tutoria)	Eea Grants
	Projeto - GeriAtivo	42	42	1 Enfermeiro colaborador	Em contexto de integração profissional		BPI Séniores
	Formação Intensiva - Cuidados Básicos a Idosos	12	76	1 Enfermeiro colaborador			
		Total: 68	Total: 246				

Tabela 17 - Formações desenvolvidas em 2016

A anterior tabela apresenta as áreas de atuação que a Academia desenvolveu ao longo do ano de 2016. As principais áreas de desenvolvimento de vários projetos de formação dividem-se, principalmente, em desenvolvimento pessoal, alfabetização e humanidades e socioprofissional.

- Ao nível do desenvolvimento pessoal (que constitui um módulo do projeto GeriCuidar - projeto de formação na área dos cuidados básicos a idosos) foi possível desenvolver formações de desenvolvimento humano e espiritual dinamizadas por um voluntário.
- A área da Alfabetização e Humanidades é uma área que tem vindo a ser desenvolvida desde 1999. O JRS Portugal tem como uma primeira resposta de base aos imigrantes e/ou refugiados que chegam a Portugal, o acesso a cursos de português que se encontram organizados e estruturados de acordo com o nível de conhecimento da língua. Estes cursos obedecem ao calendário letivo do Colégio São João de Brito, local onde se realizam as aulas. Este ano, através do projeto “Passo Palavra”, deu-se início ao desenvolvimento de ações de português de carácter intensivo e de curta duração. Esta formação tem uma estrutura e organização um pouco diferente daquelas realizadas ao longo dos últimos anos, no que diz respeito ao ensino de português para estrangeiros. É uma formação intensiva, cuja carga horária é de 105 horas (3 horas por dia de segunda a sexta-feira).

Possui um manual, trabalhado pelo professor e pelos alunos, e tem por objetivo a aquisição de conhecimentos da língua portuguesa de uma forma rigorosa num curto espaço de tempo. Esta nova metodologia irá permitir avaliar que tipo de resposta será mais adequada às necessidades da população imigrante e /ou refugiada.

- Por fim, foi na área socioprofissional que foram desenvolvidos projetos de formação em áreas muito específicas, nomeadamente nas áreas de geriatria e supermercados. No quadro abaixo apresentam-se os resultados quantitativos e qualitativos dos diferentes projetos que foram desenvolvidos no decorrer do ano de 2016.

10.3 Áreas Socioprofissionais (resultados)

Nome	Objetivo	Beneficiários	Resultados Quantitativos	Resultados Qualitativos
GeriCuidar	Promover a integração socioprofissional através do desenvolvimento de competências em geriatria.	Mulheres imigrantes e/ou refugiadas	<ul style="list-style-type: none"> Realizada formação teórica e prática durante 12 meses 60 mulheres formadas, das quais 50 ficaram empregadas após conclusão da formação, através do Gabinete de Emprego Através da sensibilização aos empregadores, foi possível integrar cuidadoras especializadas (80%) no domicílio de muitos idosos e fazer face às necessidades identificadas pelos familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> As cuidadoras aumentaram as suas competências técnicas e profissionais. Maior consciencialização e adaptação à cultura portuguesa. Melhoria das condições económicas resultantes da integração profissional das formandas. Os idosos apoiados passaram a usufruir de um cuidado mais especializado no seu domicílio, usufruindo desta forma de uma maior qualidade de vida.
Geriativo	Promover o aumento da qualidade de vida de idosos através de um programa de intervenção desenhado por uma enfermeira especializada. Capacitar uma cuidadora que se encontra integrada profissionalmente.	Idosos/Famílias e respetivas cuidadoras (imigrantes e/ou refugiadas)	<ul style="list-style-type: none"> 42 cuidadoras usufruíram de uma monitorização do seu trabalho por parte de uma enfermeira especializada. 42 idosos usufruíram de um acompanhamento especializado por parte de uma enfermeira no domicílio. 42 famílias foram sensibilizadas para as diferentes áreas que contemplam o plano de cuidados personalizados criado pela enfermeira. 	<ul style="list-style-type: none"> As cuidadoras, através da enfermeira, passaram a usufruir de uma monitorização do seu trabalho. Maior confiança e segurança na realização das suas atividades. Os idosos, através da enfermeira no seu domicílio, usufruíram de um conjunto de atividades personalizadas promovendo um maior conforto, autonomia e estimulação cognitiva. As famílias foram sensibilizadas para as diferentes áreas que contemplam o plano de cuidados personalizado (sinais vitais, higiene e pele, medicação, eliminação, alimentação, mobilidade, ambiente seguro, lazer e aconselhamento) aprofundando deste modo os seus conhecimentos, técnicas e estratégias a serem aplicados junto dos idosos.
Capacitação4Job	Capacitar e integrar no mercado de trabalho 46 jovens migrantes através de um programa de competências pessoais e sociais e formação em contexto de trabalho.	Jovens imigrantes entre os 18 e os 30 anos	<p>15 jovens que concluíram o projeto em 2016, transitando do ano anterior</p> <p>No final do ano de 2016, o projeto contabilizava 32 jovens empregados, o que representa 72% do total dos que concluíram o projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Valorização Pessoal - teve como objetivo o desenvolvimento de “soft skills” através de sessões de capacitação. Formação em Contexto de trabalho - caracterizou-se pela realização de estágios em lojas e na Cozinha do Grupo Jerónimo Martins. Empregabilidade - contemplou o acompanhamento dos jovens na adaptação ao posto de trabalho.

Tabela 18 - Resultados das formações desenvolvidas em 2016

Poderemos concluir que, ao longo do ano, a Academia JRS Portugal se debruçou maioritariamente nas áreas socioprofissionais de cuidados a idosos e supermercado/loja.

Neste sentido, foi possível dar continuidade ao projeto “GeriCuidar”, promovendo a formação de 60 mulheres imigrantes e/ou refugiadas. Em 2016, atingiu-se o marco de 120 mulheres formadas, no âmbito do projeto “GeriCuidar”, contabilizando desde o seu início, em 2014.

A par deste projeto, foi possível através do projeto “GeriAtivo” a colaboração de uma enfermeira especializada que monitorizou o trabalho das cuidadoras no domicílio dos idosos após a sua contratação. Esta intervenção permitiu às cuidadoras realizarem um trabalho personalizado e orientado para as necessidades de cada idoso, o que contribuiu não só para a manutenção do seu posto de trabalho, mas também para a promoção de uma melhor qualidade de vida do idoso a quem prestavam cuidados.

Por via de todas estas ações procura-se capacitar os utentes do JRS Portugal, dando-lhes a possibilidade de, com maior facilidade, entrarem no mercado de trabalho, fator essencial para a sua integração plena no nosso país. Reforça-se, desta forma, a bolsa de cuidadoras formadas e recomendadas pela Academia aos empregadores que contactam diariamente o gabinete de emprego do JRS Portugal. A aposta na área de formação de cuidados a idosos, em particular, permitiu dar resposta ao elevado número de ofertas de emprego (319) registadas no gabinete de emprego.

Ainda na área socioprofissional, é de salientar a parceria entre o JRS Portugal e o Grupo Jerónimo Martins que iniciaram em 2014 uma estreita colaboração no domínio socioprofissional. Esta parceria iniciou-se com o Projeto Capacitação4Job, em que foram dadas oportunidades de formação e de empregabilidade a 46 jovens imigrantes em situação desfavorecida. Desta experiência de trabalho de parceria surgiu a oportunidade de responder à problemática de integração socioprofissional dos refugiados em Portugal, preparando-se um projeto específico nesta área.

10.4 Candidaturas elaboradas e respetivos resultados

Para além dos projetos desenvolvidos ao longo do ano, a Academia desenhou e estruturou novos projetos de formação que procuram dar resposta às necessidades da população imigrante e/ou refugiada e às exigências do mercado de trabalho.

Em 2016 foram aprovadas três candidaturas no domínio da formação (“Corações de mãe”, “Capacitação4Refugees” e “Passo Palavra”) cujas principais características se encontram na tabela seguinte.

Designação/Objetivo	Breve descrição	Entidade
<p>Corações de Mãe</p> <p>Capacitar 30 mulheres imigrantes/refugiadas, ao nível da inserção profissional como cuidadoras de crianças e simultaneamente promover competências sociais e parentais para uma melhor integração na sociedade portuguesa.</p>	<p>O projeto destina-se a mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconómica, com idades entre os 20 e os 45 anos, desempregadas, com poucas competências profissionais e sociais, que têm a seu cargo filhos menores em idade pré-escolar.</p> <p>Além de uma formação teórico-prática de cuidados básicos a crianças, este projeto facilitará a criação de uma rede informal de apoio entre as beneficiárias e prevê a atribuição de uma bolsa para as formandas poderem contar com o apoio de uma ama, uma vez que a maioria destas mulheres não tem onde deixar os filhos, o que dificulta a sua integração profissional.</p>	
<p>Passo Palavra</p> <p>Melhorar o nível de formação da língua portuguesa a 80 imigrantes e/ou refugiados, por forma a facilitar a integração e o acesso ao mercado de trabalho.</p>	<p>O projeto é constituído por diferentes ações (alfabetização, iniciação ao português e língua portuguesa com vista à certificação) e dirige-se à população imigrante e ou refugiada acompanhada diretamente pelo JRS Portugal.</p> <p>Como metodologia de aperfeiçoamento da língua, os participantes que frequentarem as ações de alfabetização poderão integrar as ações de iniciação ao português, prevendo-se ainda a realização de uma ação de português com vista à certificação.</p> <p>Será realizado um diagnóstico inicial aos participantes e estes poderão beneficiar das ações segundo um sistema progressivo, com vista a aperfeiçoar e aprofundar os conhecimentos.</p> <p>Estas ações irão complementar outras respostas formativas desenvolvidas pela Academia.</p>	
<p>Capacitação4refugees</p> <p>Promover a integração socioprofissional de 20 refugiados através de ações de formação.</p>	<p>Projeto-piloto que se destina a apoiar refugiados integrados em organizações de acolhimento associadas ao JRS Portugal com níveis de conhecimento da língua portuguesa muito baixos, completamente impeditivos de entrar no mercado de trabalho, necessitando de apoio significativo nos domínios da língua portuguesa, de competências na área de cidadania e de formação em contexto de trabalho.</p> <p>O projeto tem a duração de 6 meses, abrangendo 20 refugiados, divididos em dois grupos.</p>	

Tabela 19 - Academia - Candidaturas apresentadas

Um outro projeto - “Programa de Orientação Profissional” - que apresenta uma necessidade urgente de desenvolver competências básicas junto da população imigrante e/ou refugiada antes do seu ingresso noutras áreas de formação específicas não obteve aprovação, pelo que se irá continuar a procurar outras fontes de financiamento para a sua implementação.

Tal como anteriormente referido, em 2016, foi também desenvolvido o processo de certificação do JRS Portugal no domínio da formação, aprovado pela Direção Geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT), e que engloba as seguintes áreas:

761 – Serviços de apoio a crianças e jovens (cuidados básicos a crianças)

762 – Trabalho social e Orientação (cuidados básicos a idosos)

814 – Serviços Domésticos (serviços domésticos)

Proporciona-se desta forma à população imigrante e/ou refugiada o acesso a cursos de formação com um total de 50h, obtendo o respetivo diploma certificado. Por via da certificação é aberta também a possibilidade de estabelecer um maior número de parcerias e eventuais acessos a financiamento público.

Esta certificação permitiu reconhecer o trabalho que o JRS Portugal tem desenvolvido no âmbito da formação de imigrantes e/ou refugiados, nomeadamente nas áreas de cuidados a idosos, cuidados a crianças e serviços domésticos, bem como acrescentar valor, contribuindo para promover junto dos nossos utentes um maior reconhecimento no mercado de trabalho.

10.5 Parcerias

Todos os projetos desenvolvidos não teriam sido possíveis sem a colaboração de diferentes entidades com quem se estabeleceram parcerias, nomeadamente:

Domínios	Entidades
Cedências de espaço	Colégio de S. João de Brito; CUPAV; Irmãs Franciscanas da Apelação
Formação	ACPP - formação do módulo de Cozinha; SPEAK - formação do módulo interculturalidade; Lar da Casa de Nossa Senhora da Vitória (formação prática de geriatria); Grupo Jerónimo Martins (formação prática nas áreas de supermercado, loja e reposição)

Tabela 20 - Academia: parcerias

11. Acolhimento de refugiados – Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)

11.1 Enquadramento

A Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) é uma coligação de organizações da sociedade civil, criada em setembro de 2015, que teve como objetivos fundamentais a criação de capacidade de acolhimento de beneficiários de proteção internacional em Portugal e a demonstração ao Governo Português da abertura e vontade da sociedade civil em fazer parte da resposta às necessidades de acolhimento que se sentiam e sentem na Europa.

A PAR foi criada no contexto de um ano em que a Europa registou a chegada de mais de um milhão de pessoas que fugiam de perseguições e conflitos generalizados nos seus países de origem e no qual 3771 homens, mulheres e crianças perderam as suas vidas no Mar Mediterrâneo. No sentido de dar resposta às dificuldades sentidas pelos países de primeira linha, nomeadamente a Grécia e a Itália, que pareciam não poder garantir as mais básicas condições de vida aos requerentes de asilo que chegavam às suas costas, a União Europeia acionou um mecanismo de recolocação de emergência de 160 mil requerentes de asilo daqueles países para outros Estados-Membros, através das Decisões (UE) 2015/1523 do Conselho, de 14 de Setembro, e (UE) 2015/1601 do Conselho, de 22 de Setembro de 2015. A PAR foi criada ainda antes da publicação oficial destas decisões, no sentido de garantir que Portugal estaria preparado para responder ao apelo de solidariedade da UE, e que não seria pela falta de ação da sociedade civil que esta resposta demoraria a chegar.

A PAR congrega mais de cem instituições anfitriãs, dispersas geograficamente, que demonstraram vontade e capacidade para acolher agregados familiares e acompanhar o seu processo de autonomização e integração na sociedade portuguesa. As primeiras famílias acolhidas por instituições anfitriãs no âmbito da PAR chegaram a Portugal em meados de dezembro de 2015, sendo que no final de 2016 a PAR já acolhia 72 famílias, num total de 306 pessoas, em cerca de 63 instituições anfitriãs dispersas pelo país, de Bragança a Portimão. No final do ano, tinham abandonado o país 88 pessoas acolhidas pela PAR, o que perfaz um total de 18 famílias que decidiram, por diversas razões, abandonar o território nacional.

11.2 Secretariado Técnico

Em todo este processo a PAR conta com o apoio de um Secretariado Técnico, que tem a responsabilidade de preparar e acompanhar as instituições anfitriãs ao longo do período de acolhimento de dois anos, de modo a congregar a informação do processo de acolhimento e integração de refugiados, bem como apoiar em quaisquer dificuldades que possam surgir.

O Secretariado Técnico da PAR é assegurado pelo JRS Portugal, com base na experiência adquirida em projetos de acolhimento e integração de refugiados ao abrigo de programas de recolocação e reinstalação, bem como na integração de migrantes. A equipa do secretariado técnico foi constituída por um coordenador e dois técnicos (um dos quais entrou apenas no final do ano).

O Secretariado Técnico tem como principais funções mediar as relações entre as instituições anfitriãs PAR e os organismos da Administração Pública responsáveis pelo acolhimento, nomeadamente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), proceder à análise e diagnóstico de ofertas de acolhimento por parte de instituições anfitriãs, realizar entrevistas-diagnóstico às famílias beneficiárias e definir os critérios de distribuição das famílias beneficiárias pelas diferentes instituições de acolhimento. Acresce ainda a criação e disseminação de materiais de apoio às instituições anfitriãs, o acompanhamento e apoio técnico e o desenvolvimento de meios de monitorização e avaliação.

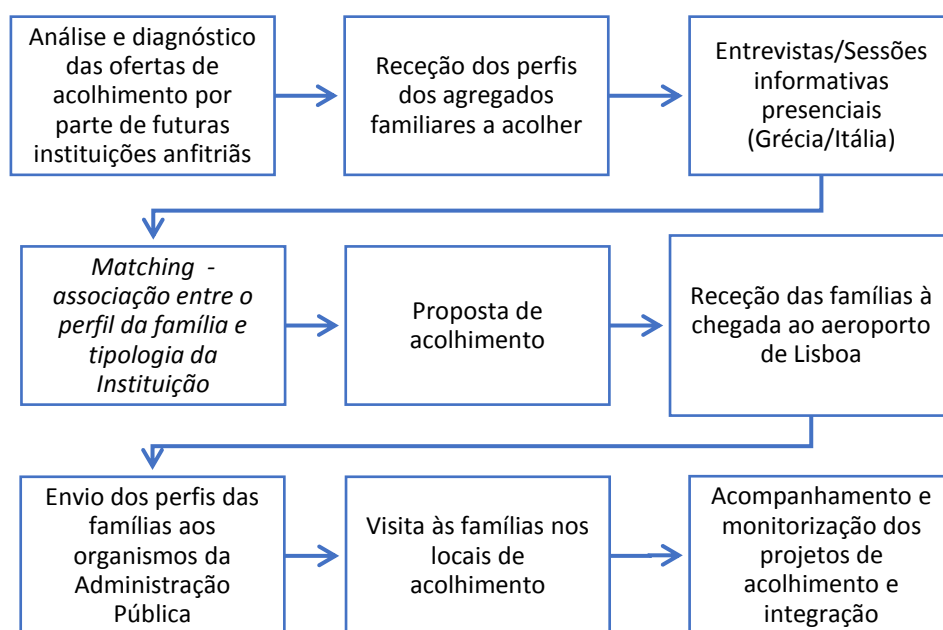


Figura 6 - PAR - Fluxo de ações do Secretariado Técnico

Para fazer este trabalho, o JRS Portugal contou, durante o ano de 2016, com o apoio de várias entidades, nomeadamente: da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação EDP, da Câmara Municipal de Lisboa, que financiaram grande parte da atividade do Secretariado Técnico, bem como da SIVA através do empréstimo de um automóvel, da BP que contribuiu com o combustível e da MEO no domínio das telecomunicações.

11.3 Dados estatísticos do acolhimento efetuado

No ano de 2016 foram acolhidas por 63 Instituições Anfitriãs, 72 famílias a que correspondem 149 adultos e 157 crianças. Neste ano nasceram em Portugal cinco crianças.

A distribuição por classes de idade dos refugiados acolhidos indica que a maioria (51,3%) se encontra abaixo dos 17 anos.

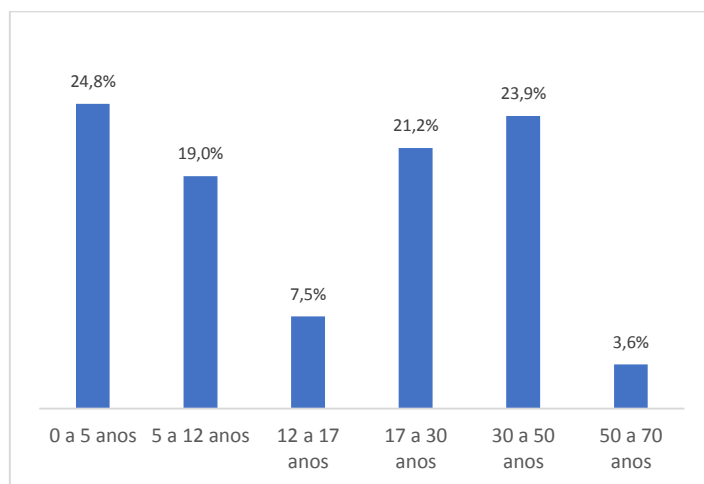


Gráfico 23 - PAR classe etária dos Refugiados acolhidos

No que respeita à origem dos refugiados verifica-se que 81% têm nacionalidade Síria, 10,5% Iraquiana, 3,9% Palestina (apátridas) e os restantes Eritreia, 2,6%, República Centro Africana, 1,6% e Etiópia.

A distribuição das famílias de refugiados pelo país correspondeu aos seguintes valores percentuais: Zona Norte: 22,2%; Porto: 19,4%; Zona Centro: 18,1%; Lisboa: 27,8%; Zona Sul: 12,5%.

12. Acolhimento de refugiados - Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR)

12.1 Enquadramento

No final do ano de 2015, o JRS Portugal esteve diretamente envolvido com a Câmara Municipal de Lisboa no planeamento de um Programa Municipal de Acolhimento de requerentes de asilo recolocados no município de Lisboa. Este programa contempla três fases: Acolhimento, Acompanhamento e Integração de refugiados inseridos no programa de recolocação, por um período de 18 meses.

A primeira fase corresponde ao acolhimento, por um período limitado, estimado em um mês, de refugiados num Centro de Acolhimento Temporário, que veio a designar-se Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (CATR). A segunda fase está associada à saída do refugiado do centro e ao seu respetivo alojamento em habitações arrendadas. E a terceira fase corresponde àquela em que o refugiado é acompanhado no seu processo de integração.

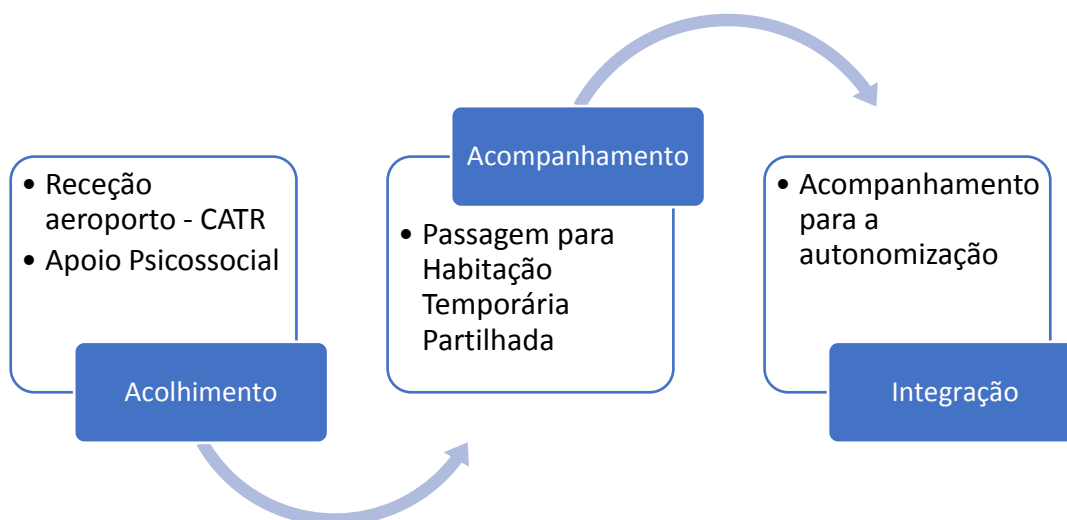


Figura 7 - CATR: Esquema de intervenção

O JRS Portugal, no quadro do programa de acolhimento, assumiu a responsabilidade do acolhimento e acompanhamento dos refugiados no CATR no âmbito da primeira Fase.

O edifício do Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (CATR), antigo espaço da Associação de Deficientes das Forças Armadas, situa-se na Alameda das Linhas de Torres, em Lisboa, e foi objeto de profundas obras de remodelação, especificamente para o acolhimento de refugiados, tendo sido inaugurado a 22 de Fevereiro de 2016 com capacidade para acolher 25 refugiados.

A equipa do JRS Portugal sediada no CATR é constituída por um coordenador, dois técnicos e uma intérprete de nacionalidade síria. Contou, em 2016, com a colaboração de 16 voluntários que intervieram em diferentes domínios.

12.2 Dados estatísticos do Acolhimento

Os primeiros refugiados chegaram no dia 29 de Fevereiro de 2016. No período que decorreu até ao final do ano foram acolhidos 59 refugiados, provenientes de Itália, país inicial de asilo. Os principais países de origem dos refugiados acolhidos foram a Eritreia (50,8%), Síria (35,6%), Iraque (10,2%) e Palestina (2,4%).

A maioria dos refugiados acolhidos tinha entre 18 e 30 anos (62,7%) e os restantes entre 30 e 40 anos (23,7%).

Relativamente às habilitações académicas, 25,4% possuíam curso superior, 22,0% o ensino secundário e 40,7% o ensino básico.

Durante o ano de 2016, residiram em média, mensalmente, 11 refugiados no centro, com picos de ocupação nos primeiros meses do ano.

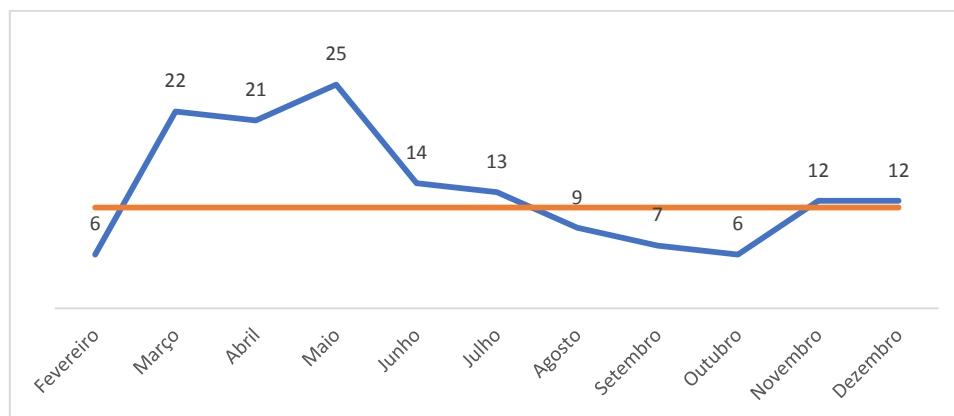


Gráfico 24 – CATR: Refugiados residentes ao longo do ano

Os refugiados que saíram no ano de 2016 estiveram alojados em média 2,3 meses, ultrapassando o período previsto de ocupação: 30 dias.

12.3 Movimento de entradas e saídas

O movimento de entradas e saídas durante os diferentes meses de 2016 apresenta-se no quadro abaixo.

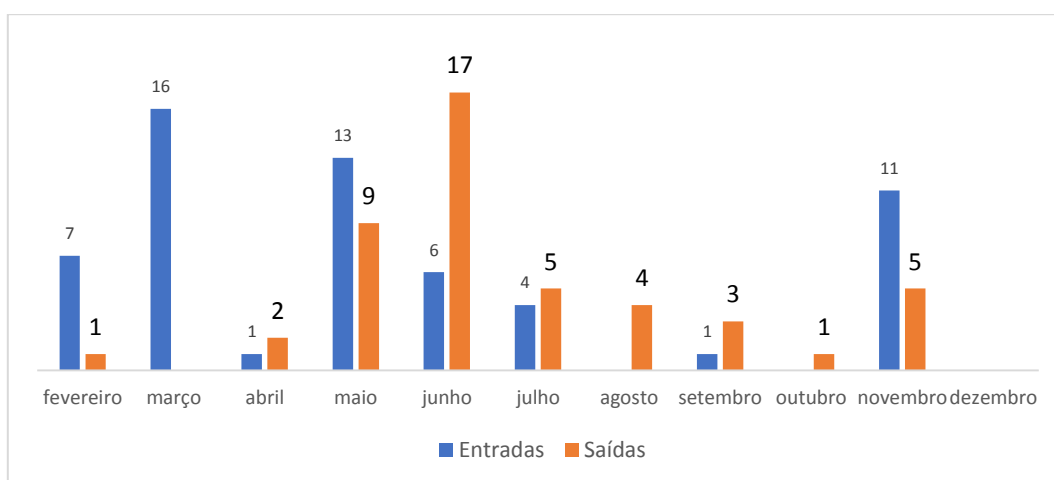


Gráfico 25 - CATR: movimento de entradas e saídas de refugiados

Os meses de maior fluxo de entradas foram março, maio e novembro. Já as saídas ocorreram principalmente nos meses de maio e junho.

Relativamente às saídas do CATR, verificou-se que 32 dos refugiados foram encaminhados para as habitações autónomas, o que corresponde a 55,2%, 21 refugiados (36,2%) abandonaram o programa por vontade própria e os restantes 8,2% estão associadas a outras situações.

12.4 Período de permanência

Durante o período em que os refugiados se encontram no CATR, são-lhes garantidas condições de alojamento e alimentação condignas.

Relativamente ao alojamento, os refugiados ocupam quartos, todos eles com capacidade para mais de três camas, uma sala de convívio, uma sala de refeições, salas de aula, um jardim onde podem, para além de usufruir das suas condições, associar-se ao cultivo de uma pequena horta com produtos tradicionais.

Relativamente à alimentação, são garantidas refeições pré-confecionadas, entregues pelo JRS Portugal no centro e fornecidas pelo grupo Jerónimo Martins.

Caso haja necessidade são fornecidas aos refugiados roupas de todo o género que é recolhida num banco de roupa do próprio CATR, cedida por particulares e instituições.

12.5 Acolhimento

À chegada ao aeroporto, o refugiado é acompanhado pelas equipas técnicas, sendo desenvolvido todo o processo, por via do qual o refugiado sai do aeroporto já com o documento de Declaração de Pedido de Proteção Internacional.

No CATR, é feita uma apresentação do centro, das condições e do programa de acolhimento da CML. Para o efeito, são distribuídos kits de higiene, kit de aprendizagem de português e três documentos de suporte:

- Documento com os contactos e informação importante (morada, contactos de emergência, entre outros);
- Documento com as regras do CATR (horários, regras de funcionamento e limpeza);
- Documento com a informação diversa sobre este programa de acolhimento, nomeadamente apresentação das diferentes instituições que garantem o apoio deste programa, fases e contextos de acolhimento, direitos e deveres.

Todo este processo é explicado a cada um dos refugiados numa conversa com intérprete.

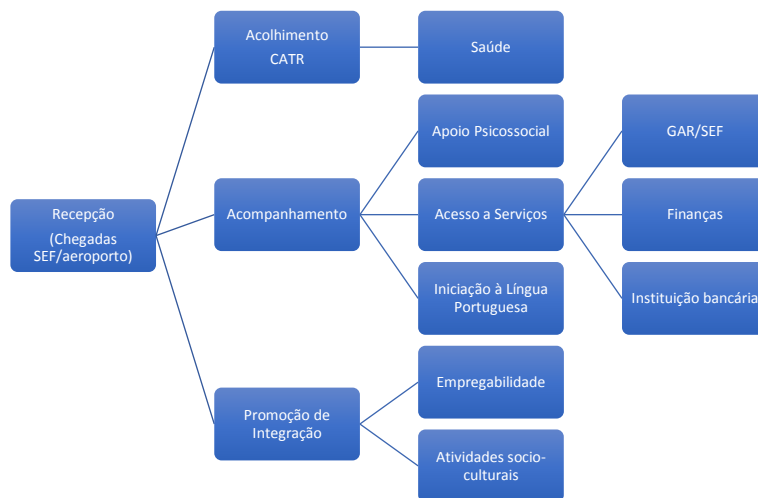


Figura 8 - CATR Processo de acolhimento

12.6 Acompanhamento

O acompanhamento dos refugiados no período em que se encontram no CATR é efetuado pela equipa técnica do JRS Portugal, em diferentes domínios:

Apoio Psicossocial

Nos primeiros dias, após a chegada ao CATR, a equipa técnica do JRS Portugal reúne com cada residente para realização do diagnóstico Psicossocial e melhor explicar a primeira fase do programa. Serve este momento para conhecer o percurso da pessoa, avaliar o seu estado

físico e mental atual e listar as suas preocupações e necessidades prementes. Este momento serve de base para a caracterização e primeiro diagnóstico e permite planear o acompanhamento de cada indivíduo. São apresentadas ainda as diferentes atividades com vista à sua integração, como sendo as aulas de português, orientação cultural, atividades lúdicas e culturais.

É explicado, paralelamente, os diferentes encaminhamentos a realizar nestes primeiros meses, tais como o acesso à saúde e idas ao departamento de finanças e ao GAR (Gabinete de Asilo e Refugiados), sendo que todos os encaminhamentos são garantidos pela equipa do JRS Portugal.

Acesso a Serviços de saúde

O acesso aos serviços de saúde é efetuado em diferentes vertentes onde estão envolvidas várias entidades públicas e privadas.

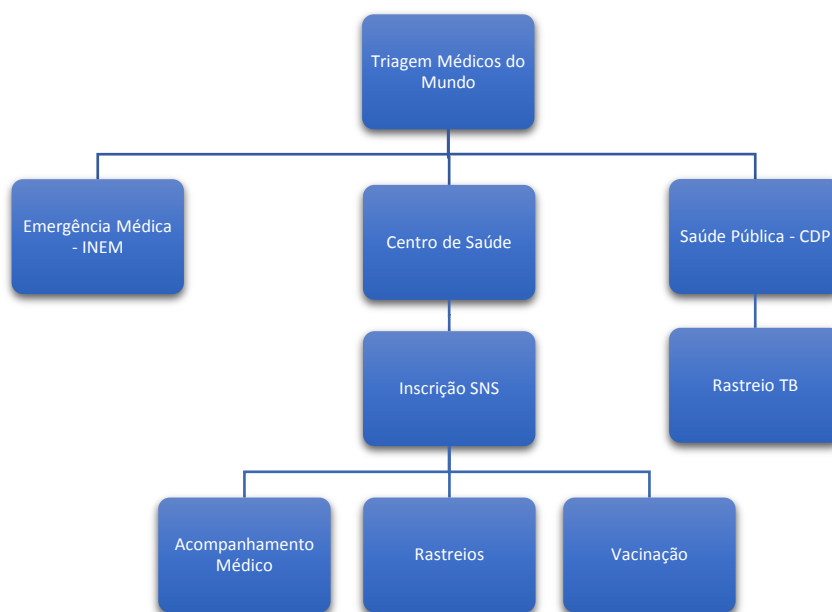


Figura 9 - CATR Acesso a serviços de saúde

a) Triagem médica no CATR – Médicos do Mundo

A necessidade de haver uma triagem médica foi sentida desde o início. Para este efeito, estabeleceu-se uma parceria com os Médicos do Mundo a partir do mês de março, tendo ficado delineado que fariam triagem médica, deslocando-se ao CATR aquando de chegadas de requerentes de asilo recolocados acolhidos pela CML no CATR.

Esta colaboração mostrou-se muito valiosa no sentido em que permitiu triar casos de saúde urgentes o lidar com situações de saúde particulares a serem sinalizadas junto dos restantes serviços de saúde.

b) Centro de Saúde

Desde as primeiras chegadas no início de março mostrou-se de grande importância a colaboração com a rede de serviços de saúde locais para dar resposta às necessidades desta população.

Reuniram-se os interlocutores para articular os melhores procedimentos de encaminhamento com vista à inscrição e acompanhamento deste grupo, sem com isso colocar em causa o normal funcionamento do centro de saúde.

Em caso de queixas agudas e urgentes os utentes são encaminhados para o Serviço de Urgência Hospitalar, de preferência por indicação de INEM e em caso de situações não urgentes os utentes são encaminhados para o Atendimento Complementar do Centro de Saúde do Lumiar.

Alguns outros cuidados médicos são desenvolvidos, tais como a vacinação e a avaliação psiquiátrica, não havendo, por vezes, a disponibilidade desejada, como no caso do rastreio à tuberculose.

c) Cuidados médicos dentários

Não havendo oferta célere de medicina dentária por parte do Sistema Nacional de Saúde (Consulta hospitalar de Estomatologia e Unidade de Medicina Dentária do ACES Lisboa Central com respostas pendentes), foi necessário recorrer às parcerias que o JRS Portugal havia estabelecido para dar respostas às necessidades do grupo de recolocados acolhidos até à data no CATR.

Acesso ao serviço das Finanças e abertura de conta Bancária

O número de identificação fiscal é um direito que lhes possibilita a possibilidade de efetuar um contrato de trabalho e de abrir uma conta bancária. Os refugiados são acompanhados pela equipa técnica do JRS Portugal no CATR, quer até à repartição de finanças como à instituição financeira, dando-lhes o suporte necessário.

12.7 Promoção da integração

Emprego

Desde o início do programa se procurou realizar o perfil vocacional dos utentes e dar a conhecer o panorama do mercado de trabalho em Portugal. Independentemente da fase do programa em que os residentes se encontravam, vários foram os apelos que manifestaram para iniciar procura ativa de trabalho. Neste sentido, alguns utentes que demonstraram vontade e capacidade foram encaminhados para o gabinete de emprego do JRS Portugal para definição de perfil e elaboração de currículo.

Ensino de português

A primeira fase de integração inclui a aprendizagem da Língua Portuguesa, sendo esta a base para futuras aprendizagens (como aceder a serviços, etc.) e entendimento da cultura acolhedora.

A proposta foi desenvolvida com recurso ao voluntariado do JRS Portugal com aulas de português nível básico durante duas horas em quatro dias por semana e a acompanhamento com tempos de conversação, isto é momentos informais de aquisição da língua, durante duas horas uma vez por semana com outros quatro voluntários.

Durante o ano de 2016, todos os refugiados tiveram a possibilidade de frequentar aulas de português que decorreram com recurso a duas voluntárias com formação e experiência no ensino de português para estrangeiros. Ao todo, e desde 7 de Março, realizaram-se 324 horas de português para estrangeiros no CATR com 6 turmas com constituições diferentes.

Inicialmente criou-se um único grupo de aprendizagem, pois todos os elementos se encontravam ao mesmo nível, posteriormente acrescentou-se outro grupo para auxiliar os elementos que demonstraram mais dificuldades durante a aprendizagem da Língua Portuguesa. No entanto, os resultados ficaram aquém dos objetivos, apesar do enorme esforço da professora, da divisão em grupos, e até mesmo da permanência muito para além do previsto dos utentes no CATR, (no lugar de um mês, alguns permaneceram 4 meses).

Entendeu-se que a heterogeneidade do grupo exige estratégias diferentes (conversação, aulas de português informal). O percurso académico do requerente (iliteracia em alguns casos e estudos superiores noutros) e as suas competências linguísticas (se dominam inglês e portanto o alfabeto) podem ser determinantes para definir se o ensino pode ou deve ser mais formal e portanto com base escrita e gramatical ou se, por outro lado, para grupos sem domínio do

alfabeto romano e sem rotina e hábito de estudo, o ensino deve focar uma introdução informal e direcionado para questões práticas e úteis para a integração social e laboral.

Atividades socioculturais (recreativas)

Conscientes da importância do conhecimento da história de Portugal e do relevo que Lisboa tem foram organizadas algumas atividades, nomeadamente visitas ao Castelo de S. Jorge, ao Cristo Rei, ao Mosteiro dos Jerónimos e ao museu da cidade, museu da água, museu do traje e museu dos coches, para além da visita a alguns miradouros típicos.

A estas juntam-se outras atividades de cariz mais lúdico, como assistir a jogos de futebol do Benfica e do Sporting, participar em partidas de golfe na Federação de Golfe e idas à praia.

Salienta-se ainda a realização de atividades desportivas no CATR como a Esgrima e o Yoga.

13. Acolhimento de refugiados – Reinstalação (Sementes de Esperança II)

O projeto de reinstalação de refugiados do JRS Portugal, Sementes de Esperança, assegurou o acolhimento e acompanhamento de refugiados reinstalados em Portugal, durante um período pré-definido pelo Estado Português, e que variou de 10 a 12 meses, com vista à capacitação e autonomia progressiva de cada refugiado, de acordo com as suas necessidades específicas, e que melhor potenciem a sua integração sustentável na sociedade portuguesa.

A segunda edição do projeto de reinstalação, Sementes de Esperança II (SE2), permitiu ao JRS Portugal acompanhar um grupo de 15 refugiados que estavam no Egito, de nacionalidades síria e eritreia, desde novembro de 2015 a agosto de 2016, promovendo o acesso a serviços multidisciplinares e holísticos, adequados e adaptados às necessidades de cada refugiado/agregado familiar, de acordo com as boas práticas internacionais, que promovam a sua integração progressiva e reconstrução das suas vidas em paz e segurança.

O grupo, composto por quatro agregados familiares, três dos quais faziam parte de uma mesma família alargada de nacionalidade síria, tinha características completamente diferentes das do primeiro grupo, tendo exigido uma adaptação da intervenção ao perfil e necessidades, fundamentalmente a nível da nacionalidade e língua. Os refugiados do SE2 chegaram a Portugal, na sua maioria e à exceção do agregado eritreu, sem conhecimento de outras línguas para além da língua-materna.

Com acesso limitado a intérpretes de árabe e tigrinya, privilegiaram-se as ações e intervenções semanais em grupo, marcando diagnósticos e intervenções individuais ocasionalmente, à medida que as necessidades foram sendo manifestadas.

A estratégia de intervenção no âmbito do projeto é fundamentada numa metodologia de gestão de caso e acompanhamento individual intensivo, que teve de ser adaptada de forma a privilegiar o acompanhamento de grupo e/ou por agregado familiar. Relativamente aos menores, a sua integração escolar efetuou-se, consoante a idade, através da sua inscrição em creches ou pela sua entrada no Colégio São João de Brito, enquanto instituição educativa parceira.

Assim, o primeiro trimestre do projeto foi caracterizado por orientação cultural intensiva, aprendizagem intensiva de língua, acompanhamento a serviços para regularização da situação em Portugal e integração das crianças em idade escolar no sistema de ensino. Após a fase inicial de adaptação, os refugiados iniciaram a imersão no mercado de trabalho português, através de programas de formação e preparação para o contexto de trabalho, estágios e participação comunitária e procura ativa de emprego. A fase final do projeto foi caracterizada

pela preparação intensiva dos refugiados para o período pós-reinstalação, nomeadamente no apoio à procura de casa, pagamento de contas, mediação com senhorios e acompanhamento aos novos bairros e comunidades, acompanhado pela monitorização e gestão da ansiedade e frustração que tipicamente se (re)acentuam na fase final do projeto.

Após o fim do projeto, os refugiados acompanhados passaram a beneficiar e a poder usufruir dos serviços prestados pelos gabinetes de atendimento especializado do JRS Portugal, nomeadamente apoio jurídico, social (a nível da procura de habitação), aprendizagem da língua portuguesa e emprego, em situação equivalente aos demais utentes do JRS Portugal.

14. Ação no domínio da advocacy e comunicação

O JRS Portugal tem vindo, desde a sua constituição, a desenvolver trabalho de advocacy e comunicação, no âmbito da área de asilo e migrações. Este trabalho tem vindo a assumir configurações distintas ao longo do tempo, consoante as áreas a que se dedicou atenção preferencial e os acontecimentos relevantes nestas temáticas. Atualmente, no que respeita ao advocacy, podem identificar-se diferentes níveis de atuação do JRS Portugal: níveis europeu/internacional, nacional e local. Consoante a área de abrangência das referidas ações, tem vindo a ser desenvolvida reflexão e sensibilização sobre estas temáticas, numa articulação cada vez maior com a área de comunicação.

Ao nível europeu/internacional tem vindo a estreitar-se a colaboração com o JRS Europa. O JRS Portugal tem participado nas reuniões de advocacy e comunicação a este nível, têm sido prestados contributos para discussões nos vários fóruns e, sempre que apropriado, tem-se replicado a nível interno as várias ações.

O JRS Portugal tem, igualmente, formalizado parcerias com o JRS Europa e demais escritórios na Europa, no âmbito de projetos financiados por fundos europeus.

Ao nível nacional/local, o JRS Portugal tem mantido as suas ações de advocacy e comunicação específicas, com vista a melhor servir os interesses dos migrantes e dos refugiados em Portugal.

14.1 Advocacy

Partindo da realidade quotidiana da população migrante que servimos e dos problemas que a afetam, o trabalho de defesa e advocacy centra-se na identificação, reflexão e intervenção necessárias, procurando dar voz a quem não a tem.

É necessário compreender quais as situações que, pela sua gravidade e frequência, precisam ser denunciadas aos decisores políticos, instituições e à sociedade civil em geral. Caso seja necessário, propor a mudança.

A um nível mais global, é imperativo olhar e refletir sobre o que se passa no mundo, realizando um trabalho profundo de atualização constante e permanente.

Assim, durante o ano de 2016, o JRS Portugal levou a cabo um conjunto de ações relacionadas com os seus objetivos de defesa e promoção dos direitos dos imigrantes e refugiados. Estas ações focaram-se, designadamente, nos temas que serão apresentados de seguida.

Questões identificadas pelo JRS Portugal

a) Vias seguras e legais de acesso à proteção e direitos dos refugiados

Direito ao reagrupamento familiar de requerentes e beneficiários de proteção internacional

Em sede do direito ao reagrupamento familiar, o JRS Portugal tem advogado: (i) pela extensão da definição de “membros da família” prevista na versão atual da Lei de Asilo com vista a que não se restrinja apenas à família nuclear; (ii) pela extensão do direito de requerer reagrupamento familiar aos requerentes de proteção internacional e não apenas aos beneficiários de proteção internacional.

Emissão de vistos humanitários

O JRS Portugal, juntamente com o JRS Europa, tem vindo a advogar pelo uso mais frequente deste tipo de vistos como via segura e legal de acesso à proteção na Europa para as pessoas que fogem de conflitos e perseguições.

Patrocínio por entidades privadas

O JRS Portugal também tem chamado a atenção para o patrocínio por entidades privadas como uma opção a considerar, que pode permitir o acesso a Portugal a muitas pessoas com necessidades de proteção.

Reflexão sobre os direitos de crianças refugiadas

Em 2016, o JRS Portugal reuniu com os decisores políticos e participou na reflexão sobre este tema em concreto, disponibilizando-se para ajudar e procurando encontrar soluções conjuntas.

b) Política de Imigração

Endurecimento generalizado da Política de Imigração

O JRS Portugal notou, durante o ano de 2016, junto dos seus utentes e através dos meios de comunicação, um endurecimento generalizado da política de imigração. Nomeadamente, tem-se verificado a restrição de acesso à regularização de estrangeiros através do artigo 88.º/2 da Lei de Estrangeiros, designadamente no que diz respeito à interpretação e meios de prova do requisito da “entrada legal”.

A este tema acresceram as dificuldades de inscrição dos estrangeiros na Segurança Social (estrangeiros sem título adequado), os atrasos nas marcações no SEF e a situação de destituição antes da renovação do título.

Durante o ano de 2016, o JRS Portugal - junto do poder político e dos organismos competentes – chamou a atenção para estas questões e procurou soluções para os casos concretos por si acompanhados.

c) Questões relacionadas com apoios

Enquadramento legal dos apoios sociais concedidos a requerentes de proteção internacional e beneficiários do estatuto de refugiado ou proteção subsidiária em território nacional

A Lei de Asilo regula os termos do apoio social a conceder a requerentes e beneficiários de proteção internacional em termos latos e esta matéria carece de regulamentação e concretização.

O JRS Portugal tem advogado pela necessidade de existência de informação escrita, harmonizada e vinculativa sobre a natureza e as quantidades de apoios a conceder aos requerentes e beneficiários de proteção internacional pelo Instituto de Segurança Social e demais entidades competentes.

Ações concretas levadas a cabo pelo JRS Portugal

Relativamente aos temas acima identificados, o JRS Portugal levou a cabo um conjunto de ações que serão apresentadas de seguida.

a) Reuniões estratégicas e audiências com decisores políticos no âmbito das áreas de migração e asilo

- Reunião com o deputado José Manuel Pureza do Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda, Assembleia da República - janeiro de 2016;
- Reuniões com o Ministro-adjunto Eduardo Cabrita e Secretária de Estado para a Igualdade e Cidadania Catarina Marcelino (entre outros assuntos, sobre a receção dos menores refugiados não acompanhados em Portugal) - março de 2016;
- Visita do ACNUR ao JRS Portugal - maio de 2016;
- Audição perante a Subcomissão de Igualdade e Não Discriminação, Assembleia da República - junho 2016;
- Visita ao JRS Portugal de um grupo de deputadas do Partido Social Democrata - junho 2016;
- Reunião com o deputado do Grupo Parlamentar CDS – Partido Popular - julho 2016;

- Várias reuniões no âmbito do Programa Municipal para o Acolhimento dos Refugiados na cidade de Lisboa (PMAR);
- Participação em várias reuniões do Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para a Migração, que envolve representantes de vários ministérios e organizações da sociedade civil com um papel no acolhimento de refugiados recolocados em Portugal;
- Contactos com cargos dirigentes da Segurança Social no âmbito dos direitos sociais dos migrantes – outubro 2016;
- Reunião com Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa – dezembro 2016.

b) Artigos e resposta a questionários nas áreas de migração e asilo

- Resposta à Vision Europe - Estudo sobre os obstáculos que enfrentam migrantes que entram na União Europeia-maio 2016;
- Resposta à CESIS Survey (Centro de Estudos para a Intervenção Social) sobre a detenção de menores estrangeiros - maio 2016;
- Resposta à Comissão de Inquérito Lanzarote sobre o risco de exploração e abuso sexual de crianças refugiadas - julho 2016;
- Contribuições várias para jornais e fóruns de reflexão sobre questões relativas a: reagrupamento familiar em Portugal; situação dos refugiados no Líbano; atribuição de fundos para programas de reinstalação e de recolocação; questões relacionadas com atrasos na renovação das autorizações de residência e perda de direitos sociais pela população migrante.

Ações conjuntas com o JRS Europa

- Contribuição sobre a discussão sobre a revisão do Regulamento de Dublin - fevereiro / março 2016;
- Presença no AGM Londres - abril 2016;
- Envio de cartas de tomada de posição para os deputados europeus portugueses e embaixadores da Eslováquia e os Países Baixos sobre o Acordo UE / Turquia - abril 2016;

14.2 Comunicação

Enquadramento

A área da Comunicação tem como principais objetivos:

- Dar visibilidade à missão e ao trabalho do JRS Portugal através dos meios disponíveis, tentando segmentar os públicos-alvo;
- Articular o trabalho da comunicação com as restantes áreas do JRS Portugal, tentando aceder aos pedidos que vão sendo feitos, sempre com o objetivo de divulgar o trabalho do JRS Portugal, assim como de encontrar as melhores respostas para os utentes que nos procuram;
- Progredir no apoio às diversas áreas de trabalho do JRS Portugal, nomeadamente na conceptualização da imagem de projetos, conteúdos, peças de comunicação e divulgação através dos nossos canais;
- Aumentar a nossa presença na Internet e Redes Sociais, fazendo uso dos nossos materiais de comunicação para divulgação dos nossos canais online;

O Gabinete de Comunicação é composto por uma funcionária a tempo inteiro que acumula as funções de criação e gestão de conteúdos e dos canais online, tendo, no ano 2016, contado com a ajuda de um voluntário até junho e outro a partir de maio. Conta ainda com um designer voluntário que tem a tarefa muito específica de paginar o boletim.

Principais atividades desenvolvidas

Tal como no ano passado, o ano 2016 viu um aumento da participação da área da comunicação no apoio às outras áreas de trabalho do JRS Portugal, principalmente no que à divulgação e atuação das suas respetivas atividades diz respeito. Houve, no entanto, uma alteração no ritmo e rotina de trabalho que até então se verificava, devido aos projetos europeus - em particular o “BEST Practices” - que, em parceria com o JRS Europa, o gabinete começou a desenvolver.

Divulgação

Participação na conceção, organização e apoio a eventos realizados em momentos-chave do nosso calendário, colaborando na divulgação geral das iniciativas, na criação e produção de materiais gráficos, dos quais destacamos:

- **Encerramento do Projeto ‘Capacitação4Job’:** conceção e produção de convite em suporte papel e digital; envio, por correio eletrónico, de convites aos amigos e

voluntários; preparação do evento (que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian) e respetiva articulação com os parceiros do projeto; produção de brindes e de *roll-ups*; redação e edição da brochura de apresentação de resultados do projeto; articulação com a JLM para a preparação das reportagens/entrevistas realizadas no âmbito do projeto.

- **Campanha IRS:** conceção da campanha, dos materiais e respetiva estratégia, com recurso à distribuição de folhetos e comunicação digital.
- **Família do Innocent:** campanha realizada junto dos nossos doadores e da empresa Sitel para conseguir trazer para Portugal a família do Innocent, refugiado do Ruanda, que se encontrava no Uganda, através do pagamento dos voos.
- **Ajude-nos a pagar os estudos do Emanuel:** divulgação de uma campanha para ajudar a pagar o mestrado de um utente do JRS Portugal.
- **Campanha de Natal:** divulgação de uma campanha para angariação de pequenos eletrodomésticos e pequenos utensílios de cozinha.
- **“10º Aniversário Centro Pedro Arrupe”:** colaboração na organização da festa, realização de convites digitais e outros materiais para a festa; realização de um vídeo sobre antigos residentes do centro.
- **Dia Mundial do Refugiado:** Elaboração e envio de um documento informativo sobre a posição do JRS Portugal no que diz respeito à sua intervenção com a população refugiada.
- **Festa de Natal:** desenvolvimento de cartaz de divulgação; elaboração de convite em suporte papel e digital; apoio na organização.
- **Participações em diferentes conferências/eventos relacionados com o tema dos refugiados:** vários colaboradores do JRS Portugal participaram nestas conferências, destacando-se a presença do diretor-geral do JRS Portugal. Estima-se que o JRS Portugal tenha participado em cerca de 15.
- **Materiais de divulgação para os restantes gabinetes do JRS Portugal:** foram feitos no gabinete de Comunicação diversos materiais gráficos de divulgação de várias iniciativas das diferentes áreas do JRS Portugal.

Outras atividades e/ou grupos:

- **Assembleia Social da Companhia de Jesus:** participação no grupo de comunicação da Comissão de Apostolado Social da Companhia de Jesus, em particular, no desenvolvimento de um *liveblog* e de outros recursos durante a Assembleia Social;

- **Grupo de Comunicação do JRS Europa:** a comunicação do JRS Portugal colabora em estreita articulação com os restantes escritórios do JRS Europa, participando regularmente em reuniões e/ou discussões relacionados com a comunicação institucional do JRS na Europa; em 2016, esta participação aumentou, no âmbito do projeto europeu “BEST Practices”, cujas características exporemos de seguida.

Projeto «Best Practices»

Com o projeto “Best Practices”, o JRS Europa pretende identificar as melhores práticas promovidas por iniciativas de *community building* (coesão comunitária) em toda a Europa. Isto é, identificar e promover projetos que representem boas práticas no combate ao racismo e à xenofobia contra deslocados à força e imigrantes em situação de particular vulnerabilidade. Promover a participação ativa, a tolerância e a inclusão a todos os níveis, ao criar sensibilização para projetos de coesão comunitária de sucesso. O projeto é desenvolvido pelo JRS Portugal-Portugal, em conjunto com outros oito países europeus membros do JRS Europa, com o objetivo de identificar e dar a conhecer iniciativas de coesão comunitária que envolvam cidadãos locais, imigrantes e refugiados.

Podemos resumir o projeto em dois objetivos centrais:

- 1) Identificação e promoção das melhores práticas no combate ao racismo e xenofobia contra imigrantes e refugiados em nove países europeus através de programas de coesão comunitária;
- 2) Dar voz e partilhar as experiências dos imigrantes, refugiados e dos cidadãos envolvidos nestas iniciativas, de maneira a sensibilizar o público em geral para questões relacionadas com o racismo e xenofobia (professores, famílias, alunos, estudantes universitários, párocos, entre outros).

Este projeto visa também uma componente de investigação que irá permitir analisar e comparar as diferentes iniciativas mapeadas por toda a Europa. A primeira fase do projeto é destinada ao mapeamento das iniciativas, para que na segunda fase possam ser conduzidas entrevistas mais aprofundadas e sejam reunidas mais informações que permitirão escolher as cinco melhores práticas, tendo em conta os critérios pré-definidos para a sua identificação. Posteriormente, serão lançados nove relatórios nacionais e um europeu que serão distribuídos junto de decisores políticos e profissionais da área para serem dadas a conhecer as boas práticas identificadas, ao mesmo tempo que será também elaborado um manual de boas práticas europeu e organizada uma conferência europeia que pretende dar a conhecer estas iniciativas.

Durante 2016, foi investido grande parte do tempo do gabinete de comunicação no desenvolvimento deste projeto, estando, inclusivamente, um voluntário a colaborar exclusivamente nas suas atividades. Durante a fase de mapeamento do projeto (abril a julho de 2016), o JRS Portugal contactou 110 organizações e reuniu um total de 31 questionários respondidos. Os contactos com as iniciativas identificadas foram preferencialmente feitos por email e telefone e, em média, cada uma foi contactada três vezes. Em conjunto com o JRS Europa foi também criado um website para a parte visível da campanha, intitulada “I Get You”, onde foram publicados os resultados da fase de mapeamento levada a cabo, assim como testemunhos de alguns participantes e beneficiários de diferentes iniciativas. O JRS Portugal publicou sete destes testemunhos. A partir de novembro, começaram também a ser feitas visitas presenciais a várias organizações, com o objetivo de fazê-las aderir ao projeto e ao consequente preenchimento do questionário da primeira fase do projeto. Estas visitas serviram também para estabelecer uma relação de confiança e proximidade para que, na segunda fase, em que os questionários seriam mais aprofundados, o seu envolvimento fosse mais fácil.

Presenças nos Meios de Comunicação Social

Houve uma forte presença do Serviço Jesuíta aos Refugiados durante o ano 2016 nos meios de comunicação social, em particular, devido à sua atividade na Plataforma de Apoio aos Refugiados, onde desempenha o papel de Secretariado Técnico. Estas são as presenças que registámos nos meios de comunicação social, resultado direto da nossa intervenção:

- **Encerramento do projeto “Capacitação4Job”** – artigos e reportagens em diferentes meios de comunicação social (TVI, Ecclesia, Diário Digital, entre outros);
- **Colocação de jovens formandos do “Capacitação4Job” no mercado de trabalho** – (Ecclesia, Fátima Missionária)
- **Entrevista sobre o projeto “Corações de Mãe” ao diretor-geral** – (CMTV)
- **Trabalho do JRS Portugal em prol dos refugiados (vários temas)** – 14 participações no programa “SOS Refugiados” da Antena 1
- **Reações à nomeação de António Guterres como Secretário-geral da ONU** – (Ecclesia)
- **Notícia sobre retenção de dinheiro para crianças refugiadas por parte do SEF** - (Expresso)
- **Reportagem sobre atrasos no SEF e problemas com a Segurança Social e imigrantes com residência caducada** – (Expresso)

- **Reportagem sobre aniversário do Centro Pedro Arrupe** – (Ecclesia, Antena 1)
- **Entrevistas ao diretor do JRS Portugal sobre vários temas** – Agência Ecclesia
- **Especial sobre o Dia Mundial do Refugiado** – (Público) colaboração ativa do JRS Portugal na preparação deste especial, contribuindo com testemunhos e informações, em particular, sobre o tema do reagrupamento familiar
- **Notícias sobre a visita de um grupo de deputados do Grupo Parlamentar do PSD às instalações do JRS Portugal** – (TVI, Correio da Manhã)
- **Entrevista a uma voluntária do JRS Portugal no CATR e a Nuno Costa Jorge** – (Observador)
- **Outras** menções ao Serviço Jesuíta aos Refugiados, indiretamente ou por intermédio da Plataforma de Apoio aos Refugiados: **33 notícias** em diferentes meios.

É importante mencionar que apenas conseguimos ter acesso a notícias online (ficando de fora a contabilização da possível presença na imprensa escrita e estando também a contabilização online limitada), uma vez que não temos serviço de *clipping*.

Meios de Comunicação próprios

Boletim

Em 2016, a publicação do boletim de notícias não teve uma periodicidade constante, o que vem em consonância com o ano anterior. Nas duas edições de 2016, o boletim foi enviado em média para 1500 pessoas. Foram enviados também digitalmente para uma média de 1300 pessoas.

Newsletter digital

Foi mantida a newsletter digital do JRS Portugal, tendo sido enviada quatro vezes ao longo de 2016. Para 2017 o objetivo fixa-se na sua periodicidade bimestral. As newsletters foram enviadas para uma média de 1610 pessoas, tendo uma taxa de abertura de 29% (a média do setor é de 22%), sendo que os conteúdos mais lidos prendem-se com a festa de aniversário do CPA, a colocação de jovens do projeto 'Capacitação4Job' no mercado de trabalho e a campanha de angariação de fundos para o Emanuel.

Site

Ao longo do ano, foram utilizados diferentes *banners* no topo da página de entrada, com o objetivo de realçar um tema, uma campanha, uma informação, com uma média de 1 novo banner por mês.

Em 2016, o site recebeu o total de 52 604 visualizações de página, o que corresponde a 19 310 visitas (11 472 delas de novos utilizadores), tendo estes demorado em média cerca de 2,47 minutos e visualizado em média 2,72 páginas por sessão.

A página mais consultada foi a *Homepage*, onde se encontram as últimas notícias e os destaques; a segunda página mais vista foi a *Quem Somos*; a terceira página mais consultada foi a dos *Contactos*.

Estes valores revelam uma diminuição em relação ao ano anterior em que as visitas foram 27 238 (-29,11%). Esta diferença de valores pode estar associada ao grande e anormal afluxo de visitantes que o site recebeu a partir de outubro de 2015, altura da criação da Plataforma de Apoio aos Refugiados e da divulgação, em diferentes meios de comunicação social, do trabalho do JRS Portugal. Apesar disso, houve, este ano, um aumento de 2,63% na duração média de permanência no site.

Foram publicadas 30 notícias no site ao longo de 2016 e este continuou a ser um meio de contacto para futuros voluntários e empregadores que, através de contactos pessoais, tiveram conhecimento da nossa instituição e da intervenção do gabinete de emprego. É importante mencionar que, em 2016, iniciou-se um processo de criação de um novo site, uma vez que o atual apresenta já muitas falhas técnicas que têm, inclusivamente, impedido a inserção de alguns conteúdos. Prevê-se que o novo site esteja pronto em meados do ano 2017.

Facebook

Ao longo do ano a nossa página do Facebook– www.facebook.com/jrsportugal.pt - divulgou notícias, projetos e atividades, sempre com o objetivo de dar a conhecer e divulgar a nossa missão. Foi também um meio de divulgação de campanhas ou para chamar a atenção para situações humanitárias urgentes como é o caso da guerra na Síria. Em 2016, tentámos dinamizar com mais regularidade o facebook, para captar um público cada vez maior e criar mais e interatividade. No final de 2016 registávamos 3026 *gostos*, sendo que no final de 2015 a página contava com 2594.

15. Nota final

O caminho percorrido pelo JRS Portugal ao longo dos anos, em especial naquele sobre o qual versa o presente relatório, e que nos tem feito chegar onde mais ninguém está e onde fazemos mais falta, tem sido, felizmente, acompanhado de muitos colaboradores, voluntários, amigos, doadores, empregadores particulares e empresas, que têm confiado no nosso trabalho e, mais importante, que nos têm permitido realizá-lo.

Queremos, por isso, deixar uma palavra de agradecimento a todos eles. Graças ao seu apoio, desenvolvemos projetos de integração e acolhimento de refugiados, deslocados à força e imigrantes em situação vulnerável, que passam pelo ensino da língua portuguesa, hábitos e cultura, pelo alojamento, por projetos de formação e capacitação e pelo encaminhamento para diversos serviços, permitindo devolver a normalidade à vida de muitas pessoas.

Obrigado a todos aqueles que nos fazem continuar empenhados na concretização da nossa missão de Acompanhar, Servir e Defender.

Anexo: Projetos JRS Portugal 2016

Projeto	Entidade Financiadora	Atividades	Projetos Específicos		Parceiros
			Designação	Financiador	
Centro de Atendimento	Segurança Social Projetos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio Social Apoio a migrantes em situação de vulnerabilidade social. 	A_Colher		<ul style="list-style-type: none"> ○ Irmãos S. Vicente de Paulo
			Troca por Troca		
			Atendimento Social Itinerante		
		<ul style="list-style-type: none"> • Informação Sócio-legal Prestação de informações gerais e especializadas a imigrantes, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a direitos e deveres e a questões sócio legais. 	CLAIM	<ul style="list-style-type: none"> ○ Câmara Municipal de Lisboa 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Emprego Prospecção de emprego, encaminhamento e orientação profissional através da prestação de informações e orientações profissionais necessárias a migrantes em idade ativa e acompanhamento de utentes e empregadores. 			<ul style="list-style-type: none"> ○ Centros Hospitalares ○ Centros de Saúde ○ Empresas de Recrutamento (Manpower, Comfortkeepers, Serhogarsystem, Sensil. FamilyFirst) ○ SCML
		<ul style="list-style-type: none"> • Formação Dinamização de ações de formação dirigidas a imigrantes e refugiados que apresentem níveis de habilitações escolares e profissionais desadequados ao mercado de trabalho. 	GeriCuidar	<ul style="list-style-type: none"> ○ Funds for Women 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Lar Nossa Senhora da Vitória ○ ACPP (Culinária) ○ SPEAK (Interculturalidade)
			Passo Palavra	<ul style="list-style-type: none"> ○ FAMI – Fundo Asilo, Migração e Integração 	<ul style="list-style-type: none"> ○ ACM ○ MAI ○ UE ○ CSJB - Colégio S. João De Brito
			GeriAtivo	<ul style="list-style-type: none"> ○ BPI Sénior 	
			Capacitação4Job	<ul style="list-style-type: none"> ○ EEA Grants 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Jerónimo Martins ○ JLM (Comunicação)

Projeto	Entidade Financiadora	Atividades	Projetos Específicos		Parceiros
			Designação	Financiador	
		<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à Saúde Oferta de apoio médico e medicamentoso a migrantes em situação vulnerável, sobretudo imigrantes irregulares. 			<ul style="list-style-type: none"> ○ Farmácias ○ Banco Farmacêutico ○ Clínicas (IMAG, Hospital Ordem Terceira, Joaquim Chaves) ○ Clínica dos Jerónimos ○ Clínica Dentária Egas Moniz ○ OMB Grupo Óptico
		<ul style="list-style-type: none"> • Advocacy e Comunicação Apoio às diferentes áreas de atividade e à divulgação do trabalho do JRS Portugal. 	BEST CoH	<ul style="list-style-type: none"> ○ União Europeia (Direitos Igualdade e Cidadania) ○ Porticus 	<ul style="list-style-type: none"> ○ JRS Europa
		<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao Consumidor Endividado Apoio aos consumidores endividados. 	RACE	<ul style="list-style-type: none"> ○ Direção-Geral do Consumidor 	
UHSA	SEF	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento a imigrantes detidos Acompanhamento psicossocial a imigrantes sob detenção, com o objetivo de garantir uma estada digna e humanizada. 			
Centro Pedro Arrupe	Segurança Social Projetos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento Centro de acolhimento com capacidade para 25 migrantes em situação de sem-abrigo. 	Alimentação Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Jerónimo Martins ○ Continente ○ EntreAjuda 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CML ○ Gebalis ○ SCML ○ Uniself ○ APM - Associação Porta do Mais ○ Banco de Utilidade Social ○ CSJB ○ Junta de Freguesia de Santa Clara

Projeto	Entidade Financiadora	Atividades	Projetos Específicos		Parceiros
			Designação	Financiador	
Acompanhamento de Refugiados	Projetos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Secretariado Técnico da Plataforma de Apoio aos Refugiados Preparar o processo de chegada das famílias refugiadas (recolocação) e articulação com as Instituições Anfitriãs para o processo de acolhimento e de acompanhamento no período de instalação. 	PAR Famílias	<ul style="list-style-type: none"> ○ Fundação EDP ○ Fundação Calouste Gulbenkian ○ Câmara Municipal de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> ○ SIVA ○ BP ○ MEO
		<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento psicossocial no CATR Receção e acompanhamento psicossocial dos refugiados acolhidos no Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados da Câmara Municipal de Lisboa. 		<ul style="list-style-type: none"> ○ Câmara Municipal de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CML ○ Médicos do Mundo
		<ul style="list-style-type: none"> • Reinstalação de refugiados Assegurar o acolhimento e acompanhamento de refugiados reinstalados em Portugal 	Sementes de Esperança II	<ul style="list-style-type: none"> ○ FER - Fundo Europeu para os Refugiados ○ MAI ○ SEF 	CSJB